



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES**

HUGO MATHEUS COSTA DA SILVA SEVERIANO

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA SAÚDE DA UFPB: Perfil e
Alinhamento a Indicadores de Desempenho Institucional e Nacional**

**João Pessoa – PB
2025**

HUGO MATHEUS COSTA DA SILVA SEVERIANO

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA SAÚDE DA UFPB: Perfil e
Alinhamento a Indicadores de Desempenho Institucional e Nacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes – Mestrado Profissional da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Gestão e Aprendizagens

Linha de Pesquisa: Gestão de Projetos Educativos e Tecnologias Emergentes.

Orientadora: Profa. Dra. Rilva Lopes de Sousa Muñoz

**João Pessoa – PB
2025**

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S498e Severiano, Hugo Matheus Costa da Silva.

Extensão universitária na área da saúde da UFPB:
perfil e alinhamento a indicadores de desempenho
institucional e nacional / Hugo Matheus Costa da Silva
Severiano. - João Pessoa, 2025.

100 f.

Orientação: Rilva Lopes de Sousa Muñoz.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Extensão universitária. 2. Projetos de extensão.
3. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). 4.
Indicadores de desempenho. I. Muñoz, Rilva Lopes de
Sousa. II. Título.

UFPB/BC

CDU 374.72(043)



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TRABALHO FINAL DE MESTRADO

Aos 30 dias do mês de outubro de 2025, entre 10:00 h e 11:45 h realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho Final de Mestrado intitulado “EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA ÁREA DA SAÚDE DA UFPB: Perfil e Alinhamento a Indicadores de Desempenho Institucional e Nacional” por HUGO MATHEUS COSTA DA SILVA SEVERIANO, matriculado no PPGOA/CE/UFPB sob nº 20231021890. A Banca Examinadora, designada conforme as normas do Programa, foi composta pelos seguintes membros: Professoras RILVA LOPES DE SOUSA MUÑOZ – UFPB (Presidente/Orientadora), SURAMA SANTOS ISMAEL DA COSTA (Membro Externo, vinculada ao Departamento de Ciências Exatas do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da UFPB e JOSILENE AIRES MOREIRA (Membro Interno - PPGOA/UFPB). Após a exposição oral, a Presidente passou a palavra à Banca Examinadora para que se procedesse à arguição. Em seguida, o mestrandoo respondeu às perguntas e, na oportunidade, agradeceu pelas sugestões. A Banca Examinadora considerou o Trabalho Final APROVADO, com as seguintes recomendações de correção e ajuste no texto apresentado:

Reformular o que foi considerado sobre uma necessidade específica dos docentes da área da Saúde de maior incentivo e por que razão representariam uma demanda especial; refletir textualmente no trabalho sobre o que a curricularização poderá mudar nos indicadores e resultados futuros da extensão; desenvolver de forma mais detalhada a menção aos produtos da dissertação, considerando a grande diversidade de possibilidades de produção técnico-tecnológica e a respeito do incentivo que já existe na PROEXT para essa produção; especificar mais claramente na seção de Métodos como é feito o acesso público ao Observatório da Extensão na UFPB; e reformular o ponto relacionado à escassez de execução de projetos de extensão em municípios do interior da Paraíba, considerado que existe um edital à parte na PROEX voltada a tal demanda.

Retomando a sessão, a Profa. Rilva Lopes de Sousa Muñoz apresentou o parecer da Banca Examinadora e deu por encerrada a sessão. Para constar, eu, Tales Társis Dantas Vieira, na qualidade de Secretário do Programa Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé.

João Pessoa, 30 de outubro de 2025

RILVA LOPES DE SOUSA MUÑOZ
(Orientadora)

SURAMA SANTOS ISMAEL DA COSTA
(Membro Externo)

JOSILENE AIRES MOREIRA
(Membro Interno)

TALES TÁRSIS DANTAS VIEIRA
Secretário do Curso

Emitido em 30/10/2025

ATA N° 00/2025 - PPGOA (11.01.18.32)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 16:30)
SURAMA SANTOS ISMAEL DA COSTA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
2115752

(Assinado digitalmente em 30/10/2025 15:10)
RILVA LOPES DE SOUSA MUNOZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1117944

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 08:13)
JOSILENE AIRES MOREIRA
COORDENADOR(A) DE CURSO
1448867

(Assinado digitalmente em 30/10/2025 14:18)
TALES TARSIS DANTAS VIEIRA
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
2385959

(Assinado digitalmente em 31/10/2025 08:17)
HUGO MATHEUS COSTA DA SILVA SEVERIANO
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
1151437

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **00**, ano: **2025**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **30/10/2025** e o código de verificação: **3ec6160b82**

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à minha querida mãe, cujo entusiasmo e apoio foram constantes em todas as fases. O amor que ela sempre demonstrou através de suas ações me impulsiona a perseguir meus objetivos e me sustenta ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

O caminho de construção deste trabalho não foi solitário. Pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram presentes em minha vida nos últimos dois anos são responsáveis por manter minha motivação em dia, por isso sempre serão lembradas durante minha jornada profissional. Antes de tudo, lembrar de minha família, que participou de meus desafios pessoais desde o início do mestrado e que conseguiram me manter de pé durante a trajetória. Ao meu pai, Valdemiro, pelos conselhos; À minha mãe, Lenilda, pelas orações; À minha irmã, Bárbara, pela amizade.

Um agradecimento especial à minha orientadora, a Professora Dra. Rilva Lopes de Sousa Munoz, pela excelente condução e paciência durante todas as reuniões em que as dúvidas naturalmente surgiam e de pronto foram sanadas, por isso a minha sincera admiração e respeito.

Às ilustres professoras que aceitaram o desafio de avaliar meu trabalho: Josilene Aires Moreira e Surama Santos Ismael Da Costa. Agradeço profundamente a cada uma de vocês pela disponibilidade e, as quais enriqueceram grandemente o resultado final.

Agradecer também ao programa MPGOA pela possibilidade de realizar este sonho. Não só a equipe da coordenação, como também aos colegas da Turma 15 pela cumplicidade.

Por fim, e de forma mais carinhosa, à minha esposa, Maitê. Você que vivenciou os dias mais difíceis da jornada, todo o apoio emocional dado e pelo companheirismo. Te amo para sempre.

À todos que vierem a ler este trabalho, gratidão pela escolha!

RESUMO

A extensão universitária constitui um dos pilares da educação superior brasileira, ao promover a interação transformadora entre universidade e sociedade e gerar impacto social. Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), observa-se, nos últimos anos, um crescimento expressivo de ações extensionistas, sobretudo na área da Saúde, o que reforça a necessidade de avaliação sistemática dessas atividades. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil das ações de extensão executadas nos Centros de Ciências Médicas (CCM) e de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB entre 2018 e 2023, bem como seu alinhamento à Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023). Trata-se de pesquisa documental, de abordagem quantitativa, baseada na análise de dados secundários obtidos nos sistemas integrados de gestão acadêmica e administrativa da instituição (SIGAA, SIGRH, Observatório da PROEX e PDI). Os resultados demonstraram que o conjunto de ações extensionistas da área da Saúde representou parcela expressiva da extensão da UFPB (38,9%) no período dos cinco anos analisados, o que reflete uma forte inserção extensionista da área da Saúde na UFPB, com média de público real atingido superior à média institucional. O CCS destacou-se pela elevada e constante participação docente, enquanto o CCM apresentou desempenho menor, mas estável ao longo dos cinco anos. Ocorreu crescimento institucional de ações com inflexão pandêmica pela ampliação gradual do número total de projetos na UFPB, com queda em 2020 e pico em 2023. Em relação aos indicadores do Forproex e do PDI, os dois centros da Saúde superaram a meta institucional de ampliação de bolsas de extensão, mas com baixa representatividade em diversidade temática, registros de produtos técnicos e internacionalização. A taxa de curricularização também se manteve incipiente, em razão do pequeno número de cursos com creditação formalizada e da lentidão na atualização dos projetos pedagógicos da graduação. Verificou-se ainda que o CCS, assim como a UFPB como um todo, tiveram crescimento positivo no número de ações extensionistas, enquanto o CCM manteve-se estável; o número de municípios atendidos pelo CCS apresentou tendência à queda. O perfil extensionista da UFPB aparentou ser amplamente sustentado pela modalidade de projeto, com patamares próximos a 90%. Conclui-se que houve centralidade da área da Saúde na extensão da UFPB, com elevado contingente de ações, alcance social, engajamento docente e designação de bolsas, houve adesão parcial às diretrizes do Forproex e do PDI, considerando diversidade temática, registro de produtos, internacionalização e curricularização reduzidos.

Palavras-Chave: Extensão universitária. Projetos de Extensão. Forproex. PDI UFPB. Indicadores de avaliação.

ABSTRACT

University extension constitutes one of the pillars of Brazilian higher education, as it promotes a transformative interaction between the university and society and generates social impact. At the Federal University of Paraíba (UFPB), a significant growth in extension activities has been observed in recent years, especially in the Health area, reinforcing the need for a systematic evaluation of these initiatives. This study aimed to analyze the profile of extension activities carried out in the Centers for Medical Sciences (CCM) and Health Sciences (CCS) at UFPB between 2018 and 2023, as well as their alignment with the National University Extension Policy (Forproex) and the Institutional Development Plan (PDI 2019–2023). This is a documentary research with a quantitative approach, based on the analysis of secondary data obtained from the university's integrated academic and administrative management systems (SIGAA, SIGRH, PROEX Observatory, and PDI). The results showed that extension activities in the Health area represented a significant portion of UFPB's total extension initiatives (38,9%) over the five-year period analyzed. This reflects a strong engagement of the Health area in extension at UFPB, with an average real audience reached above the institutional mean. The CCS stood out for its high and consistent faculty participation, while the CCM presented lower but stable performance throughout the five years. There was institutional growth in extension activities, with a pandemic inflection, marked by a gradual increase in the total number of projects at UFPB, a decline in 2020, and a peak in 2023. Regarding the Forproex and PDI indicators, both Health centers exceeded the institutional goal for expanding extension scholarships, though with low representativeness in thematic diversity, registration of technical products, and internationalization. The rate of curricular integration also remained incipient, due to the small number of programs with formalized credit recognition and the slow updating of undergraduate pedagogical projects. It was also observed that the CCS, as well as UFPB as a whole, showed positive growth in the number of extension activities, while the CCM remained stable; however, the number of municipalities served by CCS showed a declining trend. The extension profile of UFPB appeared to be largely sustained by the project modality, accounting for approximately 90% of the total. It is concluded that the Health area holds a central role in UFPB's extension activities, with a high number of initiatives, strong social outreach, faculty engagement, and scholarship allocation. There was partial adherence to the Forproex and PDI guidelines, considering the still limited levels of thematic diversity, product registration, internationalization, and curricular integration.

Keywords: University extension. Extension projects. Forproex. PDI UFPB. Evaluation indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapas do Campus I da UFPB – A: Campus I inserido na malha urbana da cidade de João Pessoa-PB) e B: Mapa cartográfico do Campus I com indicação dos centros CCS e CCM	48
Figura 2. Montagem ilustrativa com imagens de edifícios que constituem o CCS no Campus I da UFPB	49
Figura 3. Edifício do CCM no Campus I da UFPB	50
Figura 4. Gráfico comparativo dos números absolutos e participações percentuais de projetos de extensão da UFPB, CCS e CCM no período entre 2018 e 2023 ..	59
Figura 5. Distribuição percentual comparativa das áreas temáticas dos projetos do CCS e CCM entre 2018 e 2023 na Universidade Federal da Paraíba	63
Figura 6. Comparação da participação de docentes na extensão da UFPB, CCS e CCM ao longo do período (2018-2023)	69
Figura 7. Público real atingido (PRA) de projetos de extensão do CCS, em 2018 com destaque para o ponto fora da curva de PRA = 15000 pessoas	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Fontes eletrônicas de dados para análise do perfil dos projetos de extensão no CCM e CCS da UFPB (2018-2023)	51
Quadro 2. Os dez Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária mais relevantes segundo o Forproex em 2017	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Frequências de projetos por área temática no âmbito da UFPB e dos centros de ensino CCS e CCM (2018-2023)	62
Tabela 2. Número de docentes dos Centros de Ciências Médicas (CCM) e de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB, isoladamente e em conjunto, em comparação ao total institucional (2018-2023)	65
Tabela 3. Participação de docentes na extensão da UFPB, CCS e CCM (2018-2023)	66
Tabela 4. PÚBLICO atingido pelos projetos de extensão da UFPB e dos centros CCS e CCM entre os anos de 2018 e 2023	73
Tabela 5. Média de PÚBLICO Real Atingido (PRA média) e Outliers (OL) da UFPB e dos centros CCS e CCM, em particular, entre os anos de 2018 e 2023	73
Tabela 6. Cálculo de amostra significativa mínima de projetos de extensão da UFPB entre os anos de 2018 e 2023 para obtenção de representatividade estatística	74
Tabela 7. Ações de extensão desenvolvidas por modalidade na UFPB, CCM e CCS entre os anos de 2018 e 2023	76
Tabela 8. Objetivo, indicador e meta de número de bolsas de programas aplicáveis à extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação aos da UFPB	79
Tabela 9. Objetivo, indicador e meta de taxa de curricularização da extensão pelos cursos de graduação dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB ...	80
Tabela 10. Objetivo, indicador e meta sobre produtos da extensão aplicáveis aos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB	81
Tabela 11. Objetivo, indicador e meta sobre ações de internacionalização da extensão aplicáveis à extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB	82
Tabela 12. Objetivo, indicador e meta sobre o número de ações extensionistas aplicáveis à extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB ..	82
Tabela 13. Objetivo, indicador e meta sobre o número de municípios atendidos pelas ações de extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB ..	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSC	<i>Balanced ScoreCard</i>
CCHSA	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONSUNI	Conselho Universitário
ENEX	Encontro da Extensão
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IBEU	Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NBA	Número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRA	Público Real Atingido
PRAC	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
PRG	Pró-Reitoria de Graduação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	18
2.1 Objetivo Geral.....	18
2.2 Objetivos Específicos	18
3 JUSTIFICATIVA.....	19
4 REVISÃO DE LITERATURA	22
4.1 Origem e Desenvolvimento da Extensão Universitária.....	22
4.2 Desenvolvimento da Extensão Universitária na América Latina e no Brasil.....	23
4.3 Extensão Universitária: Conceito, Princípios e Ações	27
4.4 Extensão, Desenvolvimento Sustentável e Curricularização.....	31
4.5 Avaliação da Extensão Universitária	32
4.6 Extensão Universitária na UFPB e Desenvolvimento Estratégico	36
4.7 Extensão na Área da Saúde: Importância e Desafios	41
5 METODOLOGIA	47
5.1 Modelo do estudo	47
5.2 Universo e amostra	47
5.3 Cenários	48
5.4 Procedimentos de coleta dos dados.....	51
5.5 Descrição de perfis dos projetos de extensão por área temática e público-alvo	53
5.6 Indicadores de avaliação do Forproex para projetos de extensão	54
5.7 Alinhamento dos projetos de extensão aos objetivos e metas do PDI da UFPB	55
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
6.1 Caracterização geral dos projetos de extensão do CCS e CCM e análise comparativa dos centros com os números institucionais entre 2018 e 2023.....	59
6.2 Análise dos projetos conforme indicadores do Forproex.....	60
6.2.1 Área temática	60
6.2.2 Participação docente.....	64
6.2.3 Público alcançado por programas e projetos	70
6.2.4 Ações de extensão desenvolvidas por modalidade	75
6.2.5 Número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão (NBA-Extensão)	78
6.2.6 Taxa de curricularização da extensão universitária	79
6.2.7 Número de registro de novos produtos oriundos das ações da extensão universitária.....	81
6.2.8 Número de ações de internacionalização da extensão universitária.....	82
6.2.9 Número de ações extensionistas	83
6.2.10 Número de municípios da Paraíba atendidos por projeto de extensão....	83
7 CONCLUSÕES	90
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE	101

1 INTRODUÇÃO

A universidade é uma das organizações fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico, atuando de forma simultânea como depositária e produtora de conhecimento (UNESCO, 1999). As Instituições de Ensino Superior (IES) relacionam-se com variados setores sociais e constituem suas atividades com base no tripé ensino, pesquisa e extensão (Galli, 2019; Etzkowitz; Zhou, 2017). A extensão universitária, de modo particular, destaca-se como um recurso interdisciplinar e educativo ao viabilizar a troca de saberes acadêmicos e comunitários com o intuito de causar impacto social (Forproex, 2012).

A extensão é um ambiente de vivências e de conhecimento partilhado, na qual estudantes, docentes, técnicos administrativos e membros da comunidade externa contribuem diretamente no processo de construção dos saberes (Oliveira; Portas, 2024). Caracterizada como interdisciplinar, a extensão promove o diálogo transformador entre universidades e outros setores sociais (Forproex, 2012); esta caracterização mostra a generalidade da extensão. Ao propiciar o contato entre a universidade e outros setores da sociedade, estabelece-se um ambiente de diálogo, proporcionando trocas mútuas e enriquecedoras (Santos, 2008).

Assim, as ações extensionistas devem ser orientadas, a priori, a partir de questões sociais do país e pelas necessidades comunitárias específicas do entorno das IES. Trata-se de uma diretriz que se embasa na responsabilidade social das instituições de ensino superior, qual seja, contribuir para a resolução de óbices estruturais da sociedade, como o acesso à saúde, educação, sustentabilidade e inclusão social (Berto, 2013). Neste prisma transformador, as comunidades locais passam por desafios que por muitas vezes não são observados para o estabelecimento de políticas públicas, como pode-se observar no acesso aos saberes técnicos sobre práticas produtivas, além da ausência de diálogo com os sujeitos que compartilham dos mesmos problemas. A extensão universitária, ao se preocupar com tais demandas, aproxima a relação da IES com a comunidade, adaptando e aplicando o conhecimento acadêmico ao contexto (Almeida; Caputo, 2014).

A importância da extensão vai além da difusão do conhecimento acadêmico, sendo um fator de conexão entre a universidade e o mundo social. Essa relação

traz mútuo benefício: a sociedade se favorece por meio de inovações e conhecimentos acadêmicos; e a universidade aprimora-se a partir do conhecimento das necessidades e conhecimentos populares. Neste contexto, a extensão de igual maneira possui uma importância primordial na promoção da justiça social e da inclusão, ao atuar diretamente em questões importantes para o desenvolvimento local e/ou regional.

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a extensão universitária tem se mostrado como um agente promotor de integração entre academia e sociedade, desenvolvendo políticas públicas e realizando ações em saúde, educação, cultura e sustentabilidade (Falcão, 2020). Dessa forma, projetos de extensão reduzem as desigualdades, amplificando a garantia dos direitos fundamentais e sociais. As vivências extensionistas buscam reforçar o compromisso social dos futuros profissionais em formação, propiciando o desenvolvimento de habilidades, competências e uma atitude crítica e reflexiva (Santana *et al.*, 2021).

A UFPB tem dado registro de um número significativo de atividades extensionistas nos últimos anos (Falcão, 2020). Isso destaca a necessidade de acompanhamento e avaliação sistematizados, com o intuito de entender de um lado a contribuição das atividades para a formação dos discentes colaboradores, de outro lado o impacto gerado nas condições de vida e de trabalho.

No Brasil, a regulamentação da extensão universitária avança de forma contínua, sendo a atualização mais recente ligada ao estabelecimento da obrigatoriedade de atividades extensionistas integradas aos currículos de graduação, conforme previsto no Parecer CNE/CES nº 576/2023. Contudo, persiste o desafio de sistematizar indicadores para avaliar ações extensionistas, exigindo estratégias institucionais para qualificar seu impacto (Forproex, 2013). A ausência de ferramentas para avaliar as ações de extensão tem representado uma limitação no âmbito político e institucional. Há proposições de avaliação na Política Nacional de Extensão Universitária, por meio de indicadores propostos pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), além dos institucionais, conforme os indicadores do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB.

Relativo ao Forproex, há uma propositura de indicadores formulados em um relatório denominado Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (Forproex, 2017), documento este construído a partir de um Grupo de Trabalho (GT); o

mesmo foi publicado em formato de livro, contendo métricas da extensão (como número de ações, público alcançado, áreas temáticas, impactos sociais). O referido GT teve por finalidade proporcionar um conjunto de indicadores de referência para controle e gerenciamento da extensão, com proposições e debates metodológicos para monitoramento e avaliação da extensão universitária no Brasil.

Relativo ao PDI da UFPB (UFPB, 2019), documento base da gestão estratégica, existem pontos pertinentes que dizem respeito aos objetivos e metas, indicadores e as formas de monitoramento e controle realizados através de instrumentos de gestão para processos de avaliação institucional. O PDI tem como propósito aferir os resultados institucionais e compará-los às metas estabelecidas na etapa de sua concepção. Assim, é exequível determinar quais objetivos institucionais estão sendo atingidos de maneira aceitável e os que precisam de atenção especial. Diferente do que se observa para o ensino e a pesquisa, não há um capítulo exclusivo para a extensão. Além disso, os objetivos, metas e indicadores relacionados à extensão são menos numerosos ou pouco detalhados quando comparados aos das dimensões de pesquisa e ensino.

Essa escassez reforça sobremaneira os resultados da extensão universitária, sendo primordial destacar as críticas relativas às dificuldades das IES “em desenvolver ações de extensão dialógicas” (Curi Filho *et al.*, p. 39), e alinhadas às diretrizes propositivas (Forproex, 2012). Essa distorção reforça os óbices enfrentados por parte dos gestores das IES, dificultando a implementação e a concretização de uma extensão universitária que haja de modo efetivo e integrado à pesquisa e ao ensino.

No contexto recente em relação ao debate na área da Saúde, é primordial destacar a função das atividades de extensionistas na difusão de ideias e na reunião de esforços coletivos voltados à defesa do direito a saúde. No Brasil, essa garantia se estabelece em uma posição relevante através da Reforma Sanitária, um movimento inovador que vem sendo instituído e consolidado ao longo dos últimos cinquenta anos, firmou a percepção sobre a saúde como um direito universal e essencial (Oliveira; Portas, 2024).

Na área da Saúde, a extensão desempenha uma atribuição primordial no reconhecimento do direito universal à vida e na formação de profissionais comprometidos com equidade e justiça social (Rios *et al.*, 2024). Todavia, até o presente momento, não há literatura suficiente no que concerne a influência das

ações extensionistas na formação científica e na eficácia das ações em Saúde nas comunidades atingidas. É sabido que a relevância da extensão se evidencia na promoção da saúde, em que as ações educativas e o diálogo entre conhecimentos técnicos, científicos e populares trazem novos saberes e práticas transformadoras. Isto posto, mostra-se a importância da constituição e a realização de projetos de extensão voltados para o desenvolvimento de uma perspectiva interdisciplinar, multicultural e democrática (Fernandes, 2023).

A partir dessas considerações, propõe-se as seguintes questões de pesquisa que delimitam os objetivos deste projeto: (a) Qual o perfil das ações de extensão da UFPB na área da Saúde? Em que proporção essas ações atenderam aos critérios propostos pelo Forproex para se avaliar a extensão universitária? Houve alinhamento das ações ao plano estratégico da UFPB no período de tempo definido na investigação?

A finalidade desta pesquisa foi analisar o perfil dos projetos de extensão realizados no período de 2018 a 2023 nos Centros de Ensino de Ciências Médicas (CCM) e de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB, investigando seu alinhamento à Política Nacional de Extensão Universitária e sua colaboração para se atingir as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da referida universidade. Com isto, objetiva-se prover conhecimento sobre as competências da extensão universitária em Saúde na UFPB, com vistas a fortalecer a gestão em suas decisões sobre a extensão dentro de sua abrangência.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o perfil dos projetos de extensão executados nos centros de ensino nos Centros de Ciências Médicas (CCM) e Ciências da Saúde (CCS) da UFPB entre 2018 e 2023, seu alinhamento à Política Nacional de Extensão Universitária e a contribuição para o cumprimento de metas estabelecidas no PDI da instituição.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os projetos de extensão desenvolvidos no CCM e CCS da UFPB entre 2018 e 2023, considerando suas áreas temáticas e público atingido;
- Caracterizar projetos de extensão do CCM e do CCS a partir dos indicadores de avaliação do Forproex; e
- Verificar o alinhamento dos projetos de extensão com as metas e objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB para o período, identificando áreas de convergência e possíveis lacunas.

3 JUSTIFICATIVA

A Assessoria de Extensão do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA/UFPB), setor ao qual estou atuando como servidor técnico-administrativo na função de colaborador, tem incentivado ações direcionadas ao município de Bananeiras/PB e outras cidades circunvizinhas. Desde o início das atividades atribuídas no exercício da função no âmbito do CCHSA, houve a identificação da necessidade de se avaliar as iniciativas extensionistas in loco, com o objetivo desenvolver um assessoramento efetivo das ações de extensão que ocorrem no referido centro de ensino, ou seja, identificando qual é o perfil das atividades extensionistas e se as mesmas estão alinhadas às metas institucionais relacionadas à extensão universitária.

A priori, utilizando o acesso dos dados relativos aos projetos de extensão no Sistema Integrado de Gestão de Informações Acadêmicas (SIGAA) da UFPB, ficou evidente que existem múltiplas variáveis passíveis de serem avaliadas com o objetivo de reconhecer a abrangência, a relevância e o impacto das ações extensionistas no âmbito institucional no último ciclo de avaliação de suas atividades através de seu planejamento estratégico. A escolha do escopo da pesquisa, focado nas ações do CCM e do CCS, baseia-se em termos de pertinência temática, relevância institucional e representatividade acadêmica no cenário de ações extensionistas da área da saúde.

Em primeira análise, os centros supracitados possuem cursos de graduação e programas de pós-graduação responsáveis pela formação de profissionais da saúde, área que, historicamente, tem a extensão universitária como estratégia pedagógica, formativa e social como forma de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem. As ações de extensão nos referidos contextos abrangem ações de promoção da saúde, atenção primária, prevenção de doenças e práticas de cuidado — todas fundamentadas nos princípios da Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012), de forma especial nos fatores relacionados ao impacto social, diálogo com os sujeitos alcançados pelas ações, bem como na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

O CCM e CCS também possuem resultados expressivos no que concerne a concentração de ações de extensão no campo da saúde comparado às outras

unidades de ensino da UFPB, trazendo relevância para a investigação e a delimitação do objeto de pesquisa empregado. A concentração de projetos nos referidos centros também delimita uma amostra significativa, capaz de refletir as práticas consolidadas e os desafios da gestão no que concerne a avaliação da extensão universitária. Considerando o número de projetos de extensão dos referidos centros em relação ao total dos centros de ensino da UFPB, ambos juntos alcançaram entre 23,5% (em 2023, houve um total de 969 projetos relacionados a todos os centros de ensino da UFPB; destes, 228 foram executados no âmbito do CCM e CCS) e 26,9% (em 2021, houve um total de 833 projetos no âmbito da UFPB, sendo 224 advindos do CCM e CCS) do total de projetos finalizados em cada ano, o que corroborou na delimitação dos referidos centros para escolha amostral. Esses dados foram obtidos por meio do SIGAA, sistema digital de gestão utilizado pela UFPB que integrada todos os registros acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão e administração acadêmica.

Outrossim, a pesquisa voltada aos dados desses centros propicia examinar em que proporção a UFPB incorpora os princípios de equidade, integralidade e humanização materializados nas normas da área da saúde.

Por fim, a escolha desses centros também possui intenção de ordem institucional: compreender como a extensão universitária, no campo da saúde, favorece a formação profissionais críticos, éticos e socialmente comprometidos, além de examinar a eficiência dessas ações sobre a comunidade e sobre o próprio processo formativo dos discentes. Dessa maneira, a escolha do CCM e do CCS se justifica não só por sua representatividade, mas, sobremaneira, pela relevância de suas experiências para o fortalecimento da missão pública e social da UFPB.

O incentivo inicial para a construção da presente dissertação foi a falta de métodos reconhecidos de avaliação voltados para a extensão universitária. Vê-se a carência de estudos que tratem de instrumentos para diagnosticar o que as ações extensionistas estão comunicando à sociedade, em que dimensão estão proporcionando benefícios à população e se há atuação demasiada em algumas áreas em detrimento de outras. Em específico, entende-se que existe uma demanda organizacional na delimitação de indicadores de avaliação de acordo com os artigos 10, 11 e 12 da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que define princípios, fundamentos e procedimentos para o planejamento, gestão e avaliação

das instituições de educação superior no que diz respeito às suas atividades de extensão.

Por fim, menciona-se a finalidade relacionada à promoção de ações da extensão mais equânimes em termos de temáticas e de público-alvo. Neste caso, a presente pesquisa traz uma contribuição para a alta administração da UFPB relacionada à Extensão, no que concerne o monitoramento das práticas extensionistas e seus respectivos impactos nos âmbitos do CCM e CCS, gerando subsídios para aprimorar os mecanismos de controle da gestão universitária. Inclui-se nesta discussão a formulação de políticas mais estruturadas de extensão, o aperfeiçoamento das práticas extensionistas e o fortalecimento das práticas de responsabilidade social universitária. Esse objetivo irá contribuir para a promoção de uma universidade mais próxima das demandas sociais e alinhada aos princípios de uma organização aprendente, fornecendo insights tanto para a gestão acadêmica quanto para a formação de profissionais empenhados em impactar a sociedade.

Sob a ótica do estudo das Organizações Aprendentes, avaliar os projetos de extensão dos centros CCM e CCS é fundamental, pois estes podem ser oportunidades para consolidação teórica e prática para os discentes e promoção de saúde para as comunidades parceiras. Essas ações frequentemente abrangem processos colaborativos, resolução de problemas e geração de inovação, características de uma organização aprendente. O estudo também pode trazer resultados que demonstram de que forma os ambientes acadêmicos objeto deste estudo proporcionam a aprendizagem de forma coletiva, a adaptação às demandas sociais e a melhoria contínua das práticas extensionistas.

No campo da Saúde, a extensão tem por principais finalidades incentivar a aplicabilidade do conhecimento acadêmico pelos estudantes e estabelecer uma forma de comunicação ativa e colaborativa com as comunidades parceiras. Essas atividades buscam difundir informações acerca de temáticas importantes sobre a promoção da saúde, cooperando para amplificar o acesso aos conhecimentos sobre saúde coletiva.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Origem e Desenvolvimento da Extensão Universitária

Os movimentos de vanguarda da extensão universitária surgiram no Reino Unido ao final do século XVIII, marcadamente após a Revolução Industrial Inglesa no século XIX. Assim, o pioneirismo britânico instituiu suas primeiras ações extensionistas com o propósito de educar adultos, em especial trabalhadores analfabetos, através de cursos breves e de natureza técnica. Temos como exemplo as iniciativas da Universidade de Cambridge, denominadas de “cursos de extensão” (Falcão, 2020), os quais eram oferecidos no contraturno de trabalho, principalmente no período noturno, com temas relacionados às atividades profissionais dos trabalhadores (Almeida; Caputo, 2014).

A extensão universitária, inicialmente estabelecida como uma forma de disseminação de conhecimentos técnicos, voltada para ampliar o acesso ao saber entre os setores populares, teve na Working Men's College, na Inglaterra, uma das faculdades pioneiras em ações de extensão, por oferecer cursos e palestras abertas ao público em geral. À época, o vocábulo “extensão” não possuía a denotação dos moldes atuais, pois as iniciativas de extensão partiam de instituições educacionais que possuíam um único objetivo, ou seja, de promover cursos de educação popular de curta duração (Yokoyama, 2020).

As experiências extensionistas britânicas influenciaram universidades por toda a Europa, como também alcançaram os Estados Unidos, a princípio pela criação da American Society of the Extension of University Teaching em 1892, sendo esta organização de fundamental importância para a ascensão de ações de extensão, tendo como instituição pioneira a Universidade de Chicago. Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do setor agropecuário, as universidades americanas começaram a desenvolver e difundir tecnologias sob influência do setor empresarial e liberal (Falcão, 2020).

Ao contrário da política assistencialista praticada na Europa, as universidades dos Estados Unidos desenvolveram práticas voltada a prestação de serviços, conseguindo assim estreitar suas relações com a sociedade e suas demandas. Outro ponto distinto a ser considerado é com relação a origem das ações extensionistas nas universidades norte-americanas e europeias, uma vez que, nas universidades da Europa as ações surgiram independente do Estado, fruto de

esforços autônomos e coletivos. Por outro lado, nas universidades americanas as ações extensionistas foram fomentadas predominantemente por iniciativas ligadas as políticas públicas norte-americanas, o que conferiu a estas ações um maior alinhamento aos objetivos estratégicos do plano de desenvolvimento do país.

No início do século XIX as ações extensionista tem suas atividades ligadas ao setor agrícola, e já na metade do século XIX o congresso americano aprova leis para concessão de territórios e benefícios como a promoção de pesquisa e ações universitárias educativas voltadas para o setor agrícola e mecanização para os cidadãos que ocupavam as zonas rurais do país. Foi nesse período que a lei Morrill de 1862 e a Lei Hatch de 1887 foram implementadas a fim de estimular o desenvolvimento de pesquisas de campos por meio de modalidades educacionais não-formais (U.S. Code, 1862; U.S. Code, 1887).

Após a revolução americana e ao longo do século XIX a modalidade de extensão universitária ganhou notória relevância nos Estados Unidos, onde os professores aplicaram-na a educação de adultos, estabelecendo-se como uma forma de educação continuada. A Universidade de Chicago incorporou a extensão as suas atividades regulares do ensino superior em 1885. No ano de 1914 foi formalizada a extensão cooperativa, tendo a co-participação do governo em sua coordenação e financiamento. A assistência técnica no meio rural foi a área que mais teve incentivo, impulsionando programas agrícolas, economia doméstica e o desenvolvimento de recursos humanos no ambiente rural.

Posteriormente os Estados Unidos expandiram as propostas extensionistas voltadas a prestação de serviço, enquanto a modalidade de ações cooperativas continuou ligadas a iniciativas voltadas á produção agrícola e ao desenvolvimento rural, oferecendo não só a formação de adultos, como também ações voltadas a profissionalização, aumentando assim o público atingido como sua influência. A evolução de como as ações de extenção acompanharam as demandas sociais reflete como estas podem ser agentes de transformação social e educação (Almeida; Caputo, 2014).

O termo "University Extension" só se estabeleceu institucionalmente nos Estados Unidos em 1910, quando Abbott Lawrence Lowell, o então presidente da Universidade de Harvard, criou a Commission on Extension Courses. Esta comissão ofertava cursos de educação para adultos que não podiam frequentar a universidade em tempo integral (Shinagel, 2009). Esta iniciativa ganhou destaque

ao ponto de que o congresso americano aprovar a Lei Smith-Lever em 1914, a qual nacionalizou as ações de extensão, tornando-se, a partir de então, uma política de Estado (U.S. Code, 1914).

4.2 Desenvolvimento da Extensão Universitária na América Latina e no Brasil

As ações extensionistas na América Latina tiveram início a partir de movimento sociais em 1910 influenciados pelas revoluções cubana e mexicana que foram impulsionadas por políticas sociais de valorização de direitos sociais (Falcão, 2020). Foram ações extensionistas que passaram a ocorrer na metade do século XX, fomentadas pelas lutas estudantis no esteio das transformações sociais daquele momento histórico que demandaram um equilíbrio de responsabilidade com a realidade local por parte das organizações.

O episódio que marcou o início do diálogo entre universidade e sociedade na América Latina foi o Manifesto de Córdoba, ocorrido em 1918 na Argentina. Esse evento enfatizou a importância das ações de extensão na democratização do acesso ao conhecimento e a disseminação de cultura para as classes sociais desfavorecidas. Neste movimento, professores argentinos da universidade de Córdoba exigiram uma reforma educacional que transformasse a universidade numa instituição independente e plural (Falcão, 2020). Os discentes destituíram o reitor da unidade e dentre as reivindicações destacou-se a ampliação do acesso ao ensino superior, programas de assistência estudantil e a abertura da universidade à sociedade. Esse caso histórico teve uma forte influência nas mudanças futuras em universidades de toda a América Latina.

A partir desse fato entendeu-se que as universidades deveriam ter um papel ativo na comunidade e na promoção do bem-estar social (Sousa, 2010). A influência do Manifesto de Córdoba nas políticas das universidades da América Latina, foi uma resposta às reivindicações dos estudantes, que ansiavam alterar as estruturas internas das universidades, com o objetivo de garantir de forma mais ampla direitos sociais dentro as instituições bem como reivindicavam a abertura de cursos e programas de assistência social que englobasse o público externo (Menon, 2021).

Foi por meio da Constituição Federal de 1988 que o Brasil adotou a extensão universitária como uma política pública, onde foi estabelecido a tríade ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino superior. O princípio da

indissociabilidade entre esses três pilares da educação estabelece um conceito para promoção da integração da universidade e sociedade, estimula a autocritica construtiva e fortalece a formação teórica e prática dos estudantes, ponto esses centrais para o desenvolvimento da qualidade do trabalho acadêmico. Os pilares da educação, ensino, pesquisa e extensão, como princípio uno, faz com que o conhecimento acadêmico se traduza em benefícios palpáveis para a sociedade e no entendimento do papel transformar (Demo, 2018).

Na Universidade Livre de São Paulo que se tem registro das primeiras ações extensionistas vinculadas a educação de nível superior. Foi por meio de cursos de extensão que a prática extensionista passou a ser amplamente reconhecida e difundida na comunidade universitária no país, e ganharam relevância a partir do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que mencionava oficialmente a extensão universitária como uma instância responsável por promover cursos, conferências e outras atividades educativas no âmbito acadêmico (Almeida; Caputo, 2014).

Os ideais do iluminismo europeu também influenciaram ações de estudantes universitários que já no início do século XIX implementava ações de atendimento a comunidade externa, como por exemplo a iniciativa da faculdade de medicina na Bahia com a fundação da Sociedade Dois de Junho que se propunha alforriar escravos. Portanto, os ideais do Manifesto de Córdoba não estavam na centralidade das reivindicações dos movimentos estudantis do Brasil antes do início do século XX, quando a ideia de uma universidade popular voltou a ganhar força em 1938, impulsionada pelos movimentos estudantis, que até então tinham se limitado a ações pontuais e transitórias, apesar de sua participação em eventos significativos da história nacional.

A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Brasil, um movimento inspirado pelos ideais do Manifesto de Córdoba, os estudantes começaram a defender uma universidade comprometida com as necessidades da população. No Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em dezembro de 1938, foi eleita a primeira diretoria da UNE, que lançou o "Plano de Sugestões para uma Reforma da Educação Brasileira". Essa iniciativa simbolizou um esforço coordenado dos estudantes em transformar a educação superior em um instrumento de emancipação social, reforçando o papel da universidade como agente de transformação e inclusão, em sintonia com os anseios populares. Nesse

congresso, foi apresentado o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, com proposições de ampliação da difusão dos saberes à comunidade externa às universidades, bem como da assistência estudantil (Sousa, 2010).

As discussões sobre a Reforma Universitária no Brasil ganharam força na década de 1950, especialmente nos debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Almeida; Caputo, 2014). Em 1961, do Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária emergiu uma proposta de universidade comprometida com as demandas sociais, enfatizando o papel da extensão universitária na criação de cursos acessíveis e na prestação de serviços em colaboração com organizações não-governamentais (Falcão, 2020).

No entanto, foi a Reforma Universitária de 1968, instituída através da promulgação da lei 5540/68 (Brasil, 1968), que estabeleceu a extensão como uma das atividades fundamentais das universidades brasileiras. A partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, tivemos um novo capítulo da trajetória extensionista nas universidades. Em seus artigos 207 e 213, a constituição formaliza o dever das instituições de ensino superior em garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além do investimento público nas mesmas, promovendo a continuidade e expansão das políticas educacionais anteriormente conquistadas. Ou seja, o que vinha sendo realizado no país em termos de prática extensionista a partir de 1988 passou a ser política de Estado. O direito social da oferta de educação superior ganhou corpo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB). Nos artigos 43, 44, 52 e 53, a referida lei dispõe de forma mais detalhada sobre as atividades extensionistas no ensino superior (Brasil, 1996).

Após esse período de consolidação das garantias constitucionais, no início do século XXI, a educação brasileira experimentou um período de expansão de suas políticas, e mais especificamente em relação às práticas extensionistas universitárias. Foram aprovados textos normativos de várias representatividades democráticas sobre o tema. As resoluções do CNE, os Fóruns de Pró-reitores de Extensão Universitária (os Forproex), os planos nacionais de educação, dentre outros. Os avanços em termos de políticas extensionistas foram ocorrendo de forma acelerada desde então, ficando evidente a ampliação de políticas após a implementação da Resolução CNE 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Em 1966, foi criado o Projeto Rondon, que inseriu a universidade como instrumento do Estado, com restrições à sua autonomia para exercer um papel crítico e problematizador. O projeto visava aproximar os estudantes do modelo tecnicista vigente à época. Em 1968, com a Reforma Universitária, a extensão passou a integrar oficialmente o discurso governamental, passando a dispor de recursos para operacionalizar ações voltadas à comunidade. Posteriormente, em 1975, foi lançado o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, com base na Lei nº 5.540, que estabelecia programas voltados à melhoria das condições de vida da população (Almeida; Caputo, 2014).

Nos anos 1980, marcados pela retomada dos movimentos sociais, a extensão universitária oscilava entre as perspectivas de assistencialismo e emancipação. Esse cenário evoluiu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) e o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999-2001), que consolidaram a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa integração reforçou a reflexão sobre o papel social da universidade (Carbonari; Pereira, 2007).

Em 1998, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) elaborou o Plano Nacional de Extensão Universitária, avançando no processo de institucionalização da extensão. Após debates sobre os limites e as possibilidades desse plano, foi apresentada, em 2009, uma prévia da Política Nacional de Extensão Universitária, durante o XXVI Encontro Nacional do Forproex. A proposta foi amplamente discutida no XXVII Encontro, realizado em Fortaleza em 2010, e revisada com contribuições dos representantes das universidades públicas no XXXI Encontro Nacional, em 2012. Finalmente, a Política Nacional de Extensão Universitária foi aprovada, marcando um avanço significativo no fortalecimento da extensão como eixo central do ensino superior brasileiro.

4.3 Extensão Universitária: Conceito, Princípios e Ações

A extensão também promove a produção de conhecimento contextualizado, voltado para a resolução de problemas específicos da sociedade. Essa abordagem fomenta a interdisciplinaridade e a inovação, valorizando tanto os saberes acadêmicos quanto os saberes populares. Assim, ao atuar como agente de transformação, a universidade cumpre seu papel social de devolver à sociedade os

investimentos feitos em educação e pesquisa. A extensão reforça a relevância da universidade como instituição pública comprometida com o bem-estar coletivo e o desenvolvimento sustentável.

O processo da extensão universitária também é transformador porque rompe a divisão entre conhecimento teórico e aplicação prática, permitindo que a universidade se aproxime da realidade social e contribua para o desenvolvimento de soluções conjuntas para problemas sociais. Dessa forma, a extensão universitária reforça o compromisso da universidade com a responsabilidade social e com o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica, alinhando-se aos princípios de democratização do conhecimento e inclusão social.

A fim de definir a extensão universitária, podemos levar em consideração o seguinte conceito da extensão:

A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o setor público; o setor privado (Santos, 2008, p. 67).

Santos (2008) traz uma profícua contribuição quando enfatiza a participação popular e estatal na condução da extensão universitária. É importante destacar que Boaventura de Sousa Santos direciona o conceito da extensão à prestação de serviços, colocando os proponentes das ações extensionistas como protagonistas no plano de execução. Entretanto, do ponto de vista freireano, a extensão não deveria ser entendida como transmissão, transferência e invasão, mas como comunicação, como co-participação dos sujeitos, no ato de conhecer (Gadotti, 2017). Sendo assim, o caráter crítico da obra de Paulo Freire assume a relativização do termo no que concerne à aplicação do conceito da extensão à sua práxis, ou seja, ao que se propõe a fazer, em sua essência (Freire, 1983). Desse modo, Paulo Freire questiona a noção tradicional de extensão, que muitas vezes se baseia em uma perspectiva verticalizada e unilateral de transmissão de conhecimento, caracterizando-a como uma forma de "invasão cultural". Ele propõe, em contrapartida, uma prática dialógica que respeite os saberes da comunidade, promovendo uma troca mútua e colaborativa de conhecimentos.

Freire critica a concepção de extensão que implica "levar algo" a alguém, como se as comunidades fossem espaços vazios a serem preenchidos pelos saberes acadêmicos. Para ele, essa abordagem reflete uma visão bancária da

educação, que ele também aborda criticamente em "Pedagogia do Oprimido" (Freire, 1987). No lugar disso, ele defende uma perspectiva de comunicação dialógica, em que os participantes do processo extensionista – tanto os proponentes quanto os membros da comunidade – aprendem e ensinam reciprocamente, construindo juntos novas formas de conhecimento e ação.

Portanto, a relativização do termo "extensão" na obra de Paulo Freire remete à necessidade de repensar sua aplicação, de modo a evitar práticas de imposição cultural e promover a construção coletiva, democrática e emancipatória do saber. Nesta perspectiva, o caráter de invasão cultural deve ser suprimido ao ser dado espaço à sua dimensão dialética, no sentido de dialogar com os que são alcançados pelas ações extensionistas, no sentido de que os proponentes de projetos de extensão não só transmitem conhecimentos às comunidades, como também aprendem com elas.

A perspectiva crítica de Paulo Freire refere-se à materialização da relação estabelecida nas políticas extensionistas do Ministério da Educação, mediante as resoluções que regulamentam os trabalhos extensionistas. Essas resoluções consideram como fator avaliativo apenas o que pode ser medido em termos de entrega das ações extensionistas para a sociedade, sem levar em conta a contribuição contrária, ou seja, da comunidade para a universidade, trazendo a perspectiva freireana sobre a extensão (Freire, 1983, p.15):

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

E ainda continua Freire (1983, p. 16):

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o "como" de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Comparando as perspectivas explanadas por Santos (2008) e Freire (1987; 1983), as contribuições para a definição da extensão universitária são amplas e, muitas vezes, heterogêneas, pois trazem o olhar do investigador sobre o que se propõe em termos de intervenção. Porém, considerando a visão da extensão no âmbito brasileiro, vê-se que Freire enxerga de forma mais próxima as relações unilaterais da extensão universitária voltadas a uma transmissão unidirecional de conhecimentos via universidade para a sociedade, sem considerar o sentido inverso. Pode-se inferir que, pela cosmovisão europeia de Boaventura, este não parece mergulhar na vivência da extensão do Brasil quanto Freire, que consegue extrair a essência centralizadora das universidades brasileiras.

As Diretrizes Nacionais para a Extensão Universitária (Brasil, 2018), estabelecidas pela Resolução do CNE/CES n. 7/2018, traz um novo marco regulatório, prevendo que os seguintes aspectos precisam estar presentes nas ações extensionistas das universidades brasileiras: Interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação discente e na transformação social.

Nesta perspectiva, e como mencionado na seção de Introdução deste projeto, as ações extensionistas universitárias são iniciativas de integração da universidade com a sociedade, tendo como objetivo a troca de conhecimentos e experiências entre a comunidade acadêmica e a população em geral. Elas buscam contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural, promovendo uma educação mais cidadã e crítica. Para contemplar esse princípio fundamental, os tipos de ação extensionista podem variar conforme a área e o público-alvo, mas em geral incluem os seguintes:

- (a) Projetos de extensão: Ações planejadas com objetivos específicos que envolvem atividades práticas e teóricas, realizadas pela universidade em colaboração com a comunidade, como por exemplo, programas de saúde, educação ambiental, inclusão social, entre outros;
- (b) Cursos e oficinas: Aulas, palestras, *workshops* e cursos de curta duração oferecidos à comunidade, com o intuito de transmitir conhecimentos específicos ou habilidades práticas;
- (c) Eventos e palestras: Realização de eventos acadêmicos, como congressos, simpósios e seminários, com participação de profissionais e estudantes, abordando temas relevantes para a sociedade;

- (d) Ações de assistência e serviços: Prestação de serviços gratuitos ou a preços acessíveis à comunidade, como atendimentos médicos, psicológicos, jurídicos ou serviços de consultoria nas mais diversas áreas do saber;
- (e) Pesquisa e inovação: Projetos que unem pesquisa acadêmica e inovação tecnológica para solucionar problemas da comunidade. Incluem ações como a implementação de novas tecnologias ou soluções baseadas em pesquisas realizadas na universidade;
- (f) Intercâmbio cultural e social: Atividades que promovem a troca cultural entre diferentes grupos sociais, étnicos e geográficos, proporcionando uma melhor compreensão das diversidades e fortalecendo as relações interculturais;
- (g) Programa de apoio ao desenvolvimento local: Ações que visam ao apoio a comunidades locais ou regionais, muitas vezes com foco no desenvolvimento sustentável e no fortalecimento da economia local, como consultorias para empreendedores ou projetos de infraestrutura social; e
- (h) Ações de mobilização social: Campanhas de conscientização e mobilização sobre temas sociais, ambientais ou de saúde, com participação ativa dos alunos e professores.

4.4 Extensão, Desenvolvimento Sustentável e Curricularização

A institucionalização da Extensão Universitária atravessa tanto a esfera administrativa quanto a prática acadêmica das universidades, sendo um processo marcado por disputas e negociações para sua legitimação. No âmbito administrativo, essa consolidação se reflete na criação de espaços específicos nos Conselhos Superiores, na estruturação de instâncias como Pró-Reitorias e Coordenadorias e na formulação de normativas que regulamentam sua atuação (Gonçalves, 2015).

Sob o aspecto da prática extensionista concreta, a pluralidade de experiências e perspectiva dos docentes exerce grande influência no seu interesse a extensão. O papel da extensão pode ser compreendido de formas divergentes por docentes de áreas dos saberes diferentes e com experiências acadêmicas das mais variadas. O contexto de cada docente molda a forma como ele interage com as atividades de extensão, podendo as ações extensionistas serem integradas de forma parcial, baseada em critério de seleção restritivos, ou ter-se uma inserção

integral, em que a Extensão é efetivamente integrada as atividades de ensino e pesquisa de maneira mais estruturada e engajada.

Os projetos de extensão universitária são de suma importância para os estudantes e para a sociedade em geral, uma vez que possibilitam uma reflexão crítica nos indivíduos a fim de integrar os conhecimentos acadêmicos as demandas da sociedade (Paiva *et al.*, 2020), pois o envolvimento dos discentes nas práticas extensionistas universitárias desenvolve competências e habilidades como liderança, trabalho em equipe e comunicação (Oliveira *et al.*, 2024). Assim, a prática extensionista é um importante meio de democratização do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, possibilitando que a universidade contribua para a acesso do desenvolvimento social e econômico, ao mesmo tempo em que oferece aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades e competências que serão úteis em suas carreiras profissionais (Shivamurthy; Madhushree; Prabhakar, 2023).

Considerando esses fatos, o instituto legal vê a educação como um caminho capaz de promover o desenvolvimento humanístico, científico, cultural e tecnológico do país. Para o alcance desses objetivos confere o estabelecimento de metas e competências às diversas instâncias do sistema educacional do país. Para a educação de nível superior a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, não somente estimula a ampliação do acesso e da inclusão de grupos historicamente marginalizados, como também reforça a obrigatoriedade de destinar pelo menos 10% dos créditos curriculares, mandatórios para a graduação, em atividades de extensão universitária. Essa diretriz, já presente no PNE anterior, orienta a prática extensionista para áreas de alta relevância social e alinhadas ao desenvolvimento sustentável e solidário (Brasil, 2018).

Para as diretrizes estabelecidas nesse novo marco regulatório da extensão universitária brasileira o prazo final estabelecido para adequação das instituições foi em 14 de dezembro de 2021 (Brasil, 2018). Os desafios advindos dessas diretrizes trouxeram impacto significativo ao ensino superior, exigindo das instituições uma análise minuciosa que levasse em consideração diferentes realidades, tais como sociais, territoriais, econômicas e culturais de cada instituição. A obrigatoriedade das instituições em se adaptarem às novas normas aponta para a necessidade e importância de pesquisas que avaliem os impactos dessas mudanças para as instituições e sociedade, para que o estabelecimento da

prática extensionista como parte obrigatória da grade curricular ocorra de forma eficaz e alinhada às demandas contemporâneas da sociedade.

Atualmente, a implantação da exigência legal da integração de ações extensionistas a grade curricular ocorre em diferentes fases nas instituições do Brasil. Enquanto algumas instituições já consolidaram esse processo, outras estão em fases iniciais de desenvolvimento. Há, ainda, universidades que solicitaram prorrogação do prazo para efetivar a creditação curricular, evidenciando a complexidade desse tema (Miguel, 2023).

4.5 Avaliação da Extensão Universitária

A avaliação da prática extensionista impõe a necessidade de uma reflexão sobre o ethos e o contexto em que as ações são desenvolvidas, ou seja, é preciso avaliar os princípios, valores e a base cultural que irão orientar essas ações, levando em consideração ainda o contexto social em estas serão realizadas. É crucial analisar o “lugar” em que a avaliação é feita, isto é, identificar os fatores que influenciam seu sucesso ou fracasso. Ademais, é necessário estabelecer uma sistematização de avaliação, considerando o conjunto das ações, a influência mútua entre estas e os impactos que geram tanto no contexto interno quanto externo à IES. Outro ponto extremamente importante é correlacionar como as práticas extensionistas se alinham as políticas e princípios institucionais que orientam a extensão.

Atualmente as métricas propostas para avaliar a prática extensionista nas IES estão predominantes ligadas a uma visão produtivista nas instituições, e que não consegue englobar a relação dialogal e o compartilhamento mútuo de saberes entre a Universidade e a sociedade. De acordo com Santos Júnior (2013) o número de bolsas acadêmicas concedidas, os recursos financeiros destinados às atividades de extensão, o quantitativo de horas semanais proposta no plano de trabalho docente vinculadas à extensão universitária, a definição de áreas temáticas prioritárias e o número de produções acadêmico-científicas resultantes de ações extensionistas são adotados como os critérios de avaliação.

A filósofa brasileira Marilena Chauí (2014) expõe uma posição contraria a esse ponto de vista onde destaca que desde a década de 1960, no contexto do Regime Militar no Brasil (1964-1985), surgiram na academia debates ligados ao retorno dos ideais democrático e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa

e igualitária. Essas discussões estimularam na Universidade a defesa e o fortalecimento de um compromisso mais concreto com as demandas da sociedade, ressaltando a importância da Universidade nas transformações social, econômica e cultural do país.

Dentre as grandes áreas do conhecimento, as ciências da saúde é uma das que mais utilizam as ações de extensão como uma ferramenta para promoção da saúde comunitária e para o desenvolvimento profissional de discentes e docentes. No entanto, para que a prática extensionista gerem um impacto mais abrangente na comunidade universitária e nas comunidades parceiras é necessário um maior incentivo para seu fortalecimento e efetivação social, desde ações e projetos específicos até programas de extensão institucional. A análise do impacto dessas ações deve levar em consideração não só o tipo de ação proposta como também o tempo necessário para que essas tenham impacto efetivo no que se propõe, o que deve incluir avaliações prévias para o planejamento estratégico e análises posteriores à execução das atividades extensionistas para a mensuração dos seus resultados, promovendo assim um ciclo contínuo de aperfeiçoamento das lições aprendidas e aprimoramento do desenvolvimento de ações alinhadas as demandas reais da sociedade.

No que tange a interface entre formação profissional e promoção da saúde, a extensão universitária se configura como uma estratégia poderosa para o desenvolvimento de competências aplicadas aos cenários de prática (Santana et al., 2021). Observa-se que a experiência de ensino-aprendizagem em interação direta com a comunidade pode estimular transformações significativas na abordagem popular educativa em saúde, promovendo reflexões e inovações nas práticas pedagógicas, com impacto não só na comunidade parceira como também nos próprios docentes extensionistas (Forproex, 2013).

As metodologias e teorias que suportam a prática extensionista englobam diferentes formas de aplicar o saber científico com uma dinâmica particular, o que possibilita flexibilidade aos tipos de ações, permitem que haja adaptabilidade às realidades sociais e culturais as comunidades parceiras. Todavia, o tempo necessário para que se observe efetividade das ações propostas, tanto organização comunitária ou na transformação de uma realidade específica é variado, muitas vezes ultrapassando o lapso temporal da vigência de um determinado conjunto de ações proposto. Assim, o impacto de práticas

extensionistas, especialmente aqueles que podem ser explicados por ações baseadas na experiência, podem levar mais tempo para se manifestar de maneira mensurável.

A definição de objetivos e metas que incluem a consolidação de um sistema nacional integrado de informações e a incorporação das universidades à Rede Nacional de Extensão podem ser encontrados no Plano Nacional de Extensão (PNE), que destaca sobretudo a importância de desenvolver e implementar um plano de avaliação direcionado às atividades extensionistas, que contemple sua qualidade e impacto. Dessa forma, é imprescindível o debate sobre esse tema nas IES, o desenvolvimento de projetos que atendam a demandas reais da sociedade e o reconhecimento do trabalho dos docentes que lideram essas iniciativas (Oliveira; Portas, 2024).

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão (Forproex, 2013), a avaliação da extensão nas universidades deve considerar as particularidades de cada instituição, abrangendo três pontos de forma indissolúvel: Compromisso institucional, impacto social e processos avaliativos. O compromisso institucional refere-se à capacidade da instituição de estruturar e implementar de forma consistente as ações de extensão, incluindo indicadores como o grau de formalização da extensão na estrutura administrativa, a definição de políticas claras com metas e prioridades, a tipologia e conceituação das ações extensionistas, a existência de sistemas de informação para monitoramento, a participação efetiva da extensão no orçamento, a valorização da extensão nas carreiras docente e técnico-administrativa, e a oferta de programas institucionais de incentivo.

A avaliação de impacto da extensão, no sentido de mensurar os resultados das ações extensionistas em saúde pode ser desafiadora, especialmente porque mudanças significativas nas condições de saúde demandam tempo e metodologias adequadas. O impacto social pode ser avaliado por meio dos resultados das atividades de extensão junto aos públicos-alvo e parceiros sociais, analisando a relevância, alcance e transformação promovidas por essas iniciativas. Mas os processos avaliativos, por sua vez, envolvem os métodos, instrumentos e procedimentos utilizados para avaliar as atividades extensionistas, garantindo que sejam eficazes e adequados para refletir a realidade das ações.

O Forproex (2013) identificou como indicadores do compromisso institucional elementos como o engajamento dos docentes, a interação entre extensão, ensino e pesquisa, e a inclusão das atividades extensionistas nos programas departamentais. Esses critérios reforçam a integração e o fortalecimento da extensão como parte essencial da missão universitária.

As abordagens avaliativas consideradas como as mais alinhadas à prática extensionista são as que contemplam tanto os processos educativos quanto os processos sociais. Em uma definição genérica, avaliar implica emitir um juízo de valor sobre um objeto, situação ou processo, utilizando critérios previamente estabelecidos. Porém, quando realizada de forma mais específica, a análise requer uma maior sistematização e validação, a fim de que possa assegurar maior objetividade e fundamentação para os julgamentos realizados. Este tipo de abordagem outorga à prática extensionista maior precisão e legitimidade, ao mesmo tempo que fortalece sua integração com o ensino e a pesquisa.

É sabido que os critérios para análise de projetos de extensão devem considerar não só os resultados alcançados, como também os impactos gerados. A comunidade científica destaca que a avaliação deve ser realizada de forma participativa, envolvendo todos os que fazem parte das ações (estudantes, professores, comunidade e parceiros. O estudo realizado por Silva *et al.* (2023) apresenta uma metodologia de avaliação de projetos de extensão universitária baseada em indicadores de desempenho, em que os autores destacam a importância da definição dos indicadores específicos que permitam avaliar o alcance dos objetivos propostos por cada projeto e o impacto gerado na comunidade.

Para a área da saúde, a avaliação do impacto das ações de extensão, no que diz respeito a mensuração dos resultados das ações extensionistas em saúde pode ser desafiadora, principalmente porque mudanças significativas nas condições de saúde demandam tempo e metodologias adequadas. Os impactos sociais podem ser analisados através dos resultados das atividades de extensão junto aos públicos-alvo e parceiros sociais, analisando a relevância, o alcance e a transformação promovidas por essas iniciativas, porém o processo de avaliação deve levar em consideração os métodos, instrumentos e procedimentos utilizados

nas práticas extensionistas, garantindo que sejam eficazes e adequados para refletir a realidade das ações.

4.6 Extensão Universitária na UFPB e Desenvolvimento Estratégico

Considerando o foco do presente projeto, que trata da análise indicadores da extensão universitária, é relevante fundamentar sua importância em uma perspectiva global. Em publicação da UNESCO por Mansell (2015, p. 17):

“A educação não é apenas uma atividade “de cima para baixo” por meio do ensino e da aprendizagem formais. Ela também acontece por meio de intercâmbios entre pessoas com diferentes tipos de experiência. Muitas universidades estão reconhecendo que precisam ter responsabilidade social em relação ao desenvolvimento local e regional. Por décadas, em colaboração com diferentes parceiros, elas criaram, geralmente com poucos recursos, serviços importantes para comunidades locais. Essas iniciativas que combinam o ‘conhecimento técnico’ dos acadêmicos com o ‘conhecimento técnico’ de atores que exercem suas especialidades profissionalmente são boas maneiras para assegurar que o conhecimento seja produzido e distribuído de modo a ser aplicado a contextos que atendem necessidades sociais e econômicas reais.”

A gestão da extensão universitária brasileira no contexto nacional representa um grande desafio, uma vez que é crescente a complexidade dos cursos de graduação, caracterizada pela ampliação do acesso, diversificação das matrizes curriculares e necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, exige um planejamento estratégico eficiente para consolidar a extensão como um pilar acadêmico essencial (Curi Filho *et al.*, 2021). Sob essa ótica, o aperfeiçoamento da gestão da extensão demanda estratégias inovadoras, articulação entre diferentes setores institucionais e o fortalecimento de mecanismos de avaliação que valorizem o impacto social das ações extensionistas, consolidando sua importância dentro do universo acadêmico.

Na UFPB o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o principal instrumento de planejamento estratégico, sendo este meio o mais utilizado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. O PDI é usado como ferramenta de avaliação também pelo Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). O documento tem a sua estrutura atual definida pelo Decreto nº 9.235 de 2017 (UFPB, 2021).

O PDI é um documento estratégico fundamental para a UFPB, pois estabelece as diretrizes, metas e ações para o seu desenvolvimento dentro de um período determinado, geralmente de cinco anos. Este plano representa o

planejamento estratégico da instituição, definindo sua missão, visão, valores e objetivos institucionais. Dentre suas orientações há tópicos que norteiam os executantes quanto a gestão e governança, incluindo diretrizes para ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, gestão de pessoas e orçamento. O PDI norteia as ações da instituição, garantindo que sua atuação esteja alinhada às políticas educacionais nacionais e às necessidades da sociedade. Disto se depreende que se trata tanto de uma forma de avaliação das instituições pelos órgãos governamentais responsáveis, como um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas pela instituição. Deste modo, o PDI é a base das instituições para avaliação institucional, sendo um documento exigido pelo Ministério da Educação (MEC) para fins de regulação e credenciamento da instituição, além de representar um instrumento de transparência e participação, ao envolver a comunidade acadêmica na definição de prioridades e compromissos institucionais (Sant'ana, 2017).

Portanto, o PDI norteia as ações da instituição, garantindo que sua atuação esteja alinhada às políticas educacionais nacionais e às necessidades da sociedade. Disto se depreende que se trata tanto de uma forma de avaliação das instituições pelos órgãos governamentais responsáveis, como um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas pela instituição.

Segundo o PDI da UFPB, considerando na Instrução Normativa nº 24/2020, do Ministério da Economia (Brasil, 2020), o planejamento estratégico é:

“[...] um processo sistêmico de estabelecimento da estratégia para, a partir de uma condição presente e do entendimento do que é a organização e qual o seu papel, e considerando a análise do contexto, alcançar uma situação futura desejada, buscando sempre maior efetividade dos resultados e eficiência da gestão dos recursos” (UFPB, 2021).

Vale considerar que a elaboração do planejamento estratégico deve seguir o disposto na instrução normativa nº 24/2020 do Ministério da Economia e necessita apresentar, no mínimo, os seguintes elementos: a cadeia de valor, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e os projetos estratégicos.

No caso concreto, a UFPB materializou seu planejamento estratégico mais recente mediante o PDI UFPB 2019-2023, que foi concebido levando-se em consideração a metodologia de gestão denominada *Balanced Scorecard* (BSC). (Segundo One, 2024, p. 3):

Em 1992, David Norton e Robert Kaplan introduziram o Balanced Scorecard (BSC) como um componente de uma estrutura estratégica de gerenciamento de projetos. O modelo Kaplan-Norton BSC enfatiza quatro perspectivas abrangentes: financeira, cliente, processos internos de negócios e aprendizagem e crescimento. Este modelo foi desenvolvido para abordar as limitações das abordagens tradicionais de gerenciamento de projetos. O BSC ganhou ampla aceitação entre os pesquisadores e foi aplicado em vários setores, incluindo alimentos, serviços financeiros, educação, energia, saúde, setor esportivo, turismo e transporte. Hoje, o Balanced Scorecard é um dos sistemas de gestão de desempenho mais proeminentes e influentes.

O cerne do planejamento estratégico na perspectiva BSC está nos objetivos estratégicos, que são definidos, monitorados e avaliados através de indicadores e metas; assim sendo, os indicadores permitem quantificar as variáveis de interesse e as metas proporcionam uma visão sobre o quanto perto ou longe a instituição está de alcançar seus objetivos. Essa ferramenta de gestão do desempenho organizacional é baseada em indicadores de quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos, aprendizado e crescimento (Sant'ana, 2017).

Considerando que apenas recentemente a UFPB passou a utilizar a ferramenta de gestão BSC para avaliar sua gestão estratégica, é factível que a instituição necessite considerar novos elementos a serem avaliados em todos os seus processos, inclusive na extensão universitária. Tratando-se de uma instituição pública, que não visa ao lucro, questões financeiras raramente são o seu objetivo primário; entretanto, nesta dimensão, consideram-se aspectos orçamentários para orientar as estratégias de gestão acadêmica e administrativa. Os órgãos de controle enfatizam a relevância da utilização de uma ferramenta de monitoramento da gestão universitária para garantir a transparência das informações relativas à execução das metas e ações estratégicas, que devem acompanhadas sistematicamente no cumprimento dos objetivos estabelecidos. Quando alcançados ao término da vigência do plano, esses objetivos podem promover melhorias nas atividades finalísticas da instituição, fortalecendo o ciclo de planejamento e gerando impactos positivos para a sociedade (Martins; Marini, 2010).

A extensão universitária na UFPB está diretamente relacionada ao seu PDI, pois representa um dos pilares fundamentais da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) e nas Diretrizes Nacionais de Extensão Universitária. No PDI da UFPB, a extensão universitária é abordada como um eixo estratégico para a aproximação da

universidade com a sociedade, promovendo a democratização do conhecimento e a construção de soluções para desafios sociais (Gonçalves, 2015).

A priori, um projeto de extensão não somente deve ser executado às vistas de cumprir com a legalidade prevista nos editais, mas sim é necessário competência para realizar as ações de forma efetiva. Dentro deste viés, pode-se adaptar o uso do termo “centro de competência”, definido como às equipes dos projetos extensionistas, já que estes agrupam membros de áreas correlatas com vistas à execução de atividades visando a entrega de um produto ou serviço à comunidade externa (Setzer, 2015). Ou seja, os profissionais não são agrupados em departamentos ou divisões, mas em grupos de áreas de conhecimento afins. Isso favorece uma flexibilidade e uma dinâmica operacional muito maiores, tornando-a seguramente mais adequada à nossa época agitada, de rápidas mudanças.

Além disso, a percepção comportamental da aprendizagem organizacional, no sentido de que as organizações aprendem a partir do que foi construído no passado, tem grande correlação com a temática dos projetos de extensão, já que uma boa parte dos grupos dentro da instituição universitária se reúnem periodicamente, a fim de desenvolverem temáticas já estabelecidas em trabalhos anteriores. No contexto das abordagens de aprendizagem organizacional, tem-se a proposta de aprendizagem baseada em práticas, que propõe a ideia de que a aprendizagem organizacional e o conhecimento são fenômenos principalmente sociais e culturais e que estão baseados em prática (Antonello *et al.*, 2010).

Na UFPB utiliza-se o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) como fonte de acesso as informações de todos os projetos submetidos dentro da comunidade universitária dentro do banco de dados da extensão. A forma sistematizada na qual estão disponíveis as informações dos projetos no referido sistema corroboram com o que preconiza a literatura (Araújo *et al.*, 2015), o qual afirma que o acesso e a disseminação da informação necessitam mais do que possibilidades comuns para chegar aos usuários, pois a comunicação precisa evoluir para acompanhar as mudanças pelas quais o mundo vem passando.

Outro ponto relevante que podemos citar é a análise da relação direta entre inovação e desempenho nos projetos de extensão da UFPB. A inovação está diretamente relacionada ao desempenho e, também, reforça a importância do empreendedorismo no desempenho das organizações (Adeogun, 2024). É

importante identificar quais projetos dão continuidade às versões anteriores de mesma temática e se os projetos de cunho inédito trazem melhorias em termos de quantidade de objetivos alcançados e reconhecimento institucional.

Dentre as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB (PDI-UFPB, 2019-2023), encontra-se o compromisso de ampliar e fortalecer as ações extensionistas, para promoção e maior envolvimento da comunidade universitária. As iniciativas propostas estabelecem a ampliação do número de projetos para atender às metas do Plano Nacional de Educação; o aumento da captação de recursos externos; o fortalecimento da integração entre o conhecimento produzido na instituição e a sociedade; e a melhoria no gerenciamento dos projetos de extensão, incluindo a construção de indicadores eficientes. Para alcançar esses objetivos, destaca-se a necessidade de um sistema eficaz de registro das ações de extensão.

A extensão universitária é um assunto tratado na UFPB desde a criação da instituição, sendo colocada numa dimensão indissociável do ensino e da pesquisa, e um trabalho contínuo, resultado de esforços construídos pelas diferentes equipes gestoras que fizeram parte da instituição, onde professores, técnicos e alunos contribuíram de formas diversas para regulamentação e promoção de ações extensionistas. Esse processo de inclusão e fortalecimento da extensão como pilar basilar do processo ensino-aprendizagem iniciado nos primórdios da UFPB permanece em evolução até os dias atuais.

4.7 Extensão na Área da Saúde: Importância e Desafios

A saúde, tradicionalmente, foi entendida como a ausência de doenças, uma abordagem predominantemente biomédica que reduz o ser humano a aspectos físicos e biológicos. No entanto, essa visão limitada tem sido amplamente criticada, pois não contempla as dimensões psicológicas, sociais, culturais e espirituais que compõem a experiência humana. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) ampliou essa concepção ao definir saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades".

O conceito de saúde é objeto de um debate amplo e dinâmico, refletindo significados que foram construídos e consolidados ao longo da história. Tradicionalmente, a visão de saúde como ausência de doença tem sido amplamente difundida na sociedade e respaldada pela medicina, servindo como

base para orientar a maioria das pesquisas científicas e práticas nesse campo, com foco predominante no diagnóstico e tratamento de agravos à saúde. Em contrapartida, a definição de saúde como bem-estar foi incorporada à clássica formulação da Organização Mundial da Saúde (OMS) na década de 1940, que a descreve como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social" (OMS, 1946). Embora essa definição amplie a perspectiva para além da ausência de doenças, ao integrar as dimensões biológica, psicológica e social da condição humana, é frequentemente criticada por sua generalidade e caráter utópico.

Em um sentido mais abrangente a saúde pode ser vista como resultado das condições de vida que envolvem alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra, além do acesso aos serviços de saúde. Diz respeito, fundamentalmente, a um resultado direto das formas de organização social da produção, que muitas vezes são responsáveis por gerar profundas desigualdades nos níveis de vida da população (Conferência Nacional de Saúde, 1987, p. 382).

Relacionar as condições ambientais e sociais dos indivíduos a sua saúde é uma forma de gerar profundas reflexões e envolver a extensão universitária nessa área pode trazer ganhos a todos os envolvidos. No entanto, este tema tem um grau de complexidade que dificulta a compreensão sinérgica da saúde como tema multidimensional, que exige a vinculação entre teoria e prática, entre o individual e o coletivo, e entre o local e o estrutural (Silva *et al.*, 2019).

A saúde compreendida como um valor social, de forma abrangente e dinâmica, deve ser promovida continuamente, protegida e preservada. Sob esta ótica, a saúde não é apenas uma questão de responsabilidade individual, requerendo também a mobilização e ações conjuntas entre a Estado e sociedade. Desse modo, o estado de saúde dos indivíduos e dos grupos é resultado direto das condições e os estilos de vida, que estão intrinsecamente ligados às políticas públicas e à organização social (Toniol, 2017).

A Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), declarou o direito à saúde afirmado que "o gozo do melhor estado de saúde que é possível alcançar constitui um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, credo político, condição econômica ou social". Esse princípio universal destaca a saúde como um direito inerente à dignidade humana e livre de discriminações.

A Constituição Federal brasileira de 1988 (Brasil, 1988) reconhece a saúde como um direito de todos e atribuindo ao Estado a responsabilidade por sua garantia, atribuindo que essa obrigação deve ser cumprida "mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". O reconhecimento do direito universal da saúde vinculado a políticas públicas que assegurem sua efetivação para promoção de saúde da população traz benefícios nas diversas áreas que engloba o conceito de saúde.

Tanto a declaração da OMS quanto a constituição brasileira de 1988 trazem destaque quanto a equidade e a justiça no que diz respeito ao acesso à saúde e ao gozo de seus benefícios. O estabelecimento do direito universal a saúde, sem distinções ou discriminação, reforça o comprometimento com a redução das desigualdades através da promoção de um sistema de saúde que priorize o acesso igualitário e a inclusão social, princípios fundamentais para o bem-estar coletivo.

A área da Saúde pode ser definida como um campo interdisciplinar que integra estudo, pesquisa, promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação das condições de saúde das populações. Essa área do conhecimento reúne um conjunto de ciências biomédicas, sociais e aplicadas, que buscam compreender os processos biológicos, psicológicos e sociais que tem resultado direto sobre o bem-estar humano. Assim, a área da Saúde é um campo dinâmico e em constante evolução, que reflete as necessidades da sociedade e as mudanças nos seus paradigmas científicos e tecnológicos (Silva; Venturi, 2022).

As quatorze ocupações de nível superior da Saúde, estabelecidas como tal pelo Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução nº 287, de 08/10/1998 (Brasil, 1998) -, com suas Diretrizes Curriculares regulamentadas em Pareceres do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES), são as seguintes: Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Farmácia, Fonoaudiologia, Nutrição, Terapia Ocupacional, Educação Física, Ciências Biológicas, Biomedicina, Psicologia e Serviço Social. De acordo com o sanitarista Ceccim (2012), o trabalho em saúde envolve a aplicação de conhecimentos científicos das diversas áreas que compõem a grande área da Saúde, bem como a atuação dos profissionais formados nesses campos. Todas as abordagens que ampliam, aprimoram e qualificam a vida estão, de alguma forma,

relacionadas à saúde. Porém, nem toda ação que melhora a qualidade de vida dos indivíduos pode ser considerada, estritamente, uma ação voltada diretamente à saúde coletiva. De acordo com Osmo e Schraiber (2015, p. 206), “[...] a Saúde Coletiva, ora denominada como ‘área’, ora como ‘espaço social’, aponta em seu desenvolvimento uma tendência para confirmar-se como um campo”. Como um campo, estes autores avaliam a saúde coletiva como heterogênea e conflitiva, englobando perspectivas positivistas (mais próximas à epidemiologia tradicional) e críticas (inspiradas nas ciências humanas e sociais).

Sob o ponto de vista da extensão universitária na área da saúde, as ações extensionistas possibilitam que universidades contribuam diretamente para a promoção da saúde, prevenção de doenças e ampliação do acesso a serviços essenciais, especialmente em comunidades vulneráveis, podendo gerar um impacto social. Isso fortalece o compromisso social das universidades com a sociedade. De acordo o que se propõe como extensão universitária, esta precisa promover uma educação transformadora, possibilitando aos discentes experiências práticas que amplifique sua formação técnica e ética, desenvolvendo competências como empatia, trabalho em equipe e visão crítica sobre as desigualdades sociais. Portanto, como projeto ético-político, sustentado por uma epistemologia plural e crítica, a extensão na área da Saúde não deve ser mera produtora de conhecimento técnico, mas como instrumento de transformação social e emancipação humana (Osmo e Schraiber, 2015).

Ações extensionistas aplicadas à pesquisa na área da saúde frequentemente geram dados científicos relevantes, promovendo a construção de soluções baseadas em evidências para os problemas de saúde da população. Entre estas, está o fortalecimento da rede de atenção à saúde, ao contribuir com serviços de saúde e organizações comunitárias, promovendo qualificação e integração das redes (Bezerra et al., 2023).

Os projetos de extensão universitária na área da Saúde¹ e no campo da saúde coletiva exercem um papel fundamental quanto a aplicar o aprendizado acadêmico às necessidades da comunidade, oferecendo benefícios multidirecionais e bilaterais. Esses programas, projetos, cursos e outros tipos de

¹ Neste trabalho, a palavra saúde está escrita de formas diferentes, com inicial maiúscula quando se refere à chamada grande área da Saúde como área do conhecimento, para dar maior ênfase ao termo (Ceccim, 2012), e com inicial minúscula quando usada em sentido genérico, sem especificidade.

ações extensionistas promovem a assistência à saúde de uma forma mais abrangente, sobretudo por meio da educação popular e de uma colaboração interdisciplinar. Estas, por sua vez, são fundamentais para a formação de futuros profissionais de saúde e promover o envolvimento da comunidade (Biscarde *et al.*, 2014).

A literatura acadêmica expõe que a extensão universitária na Saúde funciona como uma ponte entre universidades e comunidades, possibilitando atividades de promoção da saúde e desenvolvimento sustentável em populações vulneráveis. Essa abordagem é também uma forma de capacitar os alunos a enfrentar os desafios da saúde coletiva quanto ao exercício do profissional de saúde (Maria, 2021). A literatura também enfatiza que a extensão universitária na área da Saúde integra processos educacionais às necessidades da comunidade, potencializando a promoção da saúde. Nesse contexto, alguns elementos são fundamentais, destacando-se o respeito à cultura e à organização comunitária, assim como a participação ativa dos indivíduos como a mobilização social (Biscarde *et al.*, 2014).

Assim, é fundamental formar profissionais que entendam as realidades socioeconômicas de suas comunidades, destaca-se aqui a importância da participação ativa dos estudantes em iniciativas de saúde na comunidade, onde ações impactam diretamente no acesso da população aos serviços de saúde, a qualidade do cuidado promovido e as respostas coletivas às demandas de uma população (Rozim; Forte, 2021).

As estratégias utilizadas para promoção de extensão universitária na área da saúde são variadas, e têm como objetivos favorecer a aplicação prática do conhecimento pelos estudantes, além de estabelecer um canal de comunicação com a sociedade, especialmente para difundir informações sobre promoção da saúde. Como exemplo de algumas importantes ações de extensão universitária na área da Saúde: campanhas de vacinação (Deininger *et al.*, 2023); conscientização e prevenção da sífilis (Silva *et al.*, 2019); educação em saúde escolar (Vilela *et al.*, 2021); promoção da saúde bucal em comunidades carentes (Custódio *et al.*, 2021); promoção da saúde em comunidades quilombolas (Fadel *et al.*, 2022); ações de educação em saúde com puérperas em situação de vulnerabilidade (Portes *et al.*, 2024); prestação de serviços médicos à comunidade com contribuição à formação profissional (Souza *et al.*, 2023); e educação em saúde

sexual e reprodutiva para mulheres privadas de liberdade (Bezerra *et al.*, 2023). Cada um desses projetos no contexto da saúde da comunidade possibilita uma melhor compreensão da realidade local, os problemas de saúde predominantes e seus fatores de risco, as demandas intersetoriais que influenciam o processo saúde-doença-cuidado, os recursos disponíveis na comunidade e o planejamento em saúde.

Entre os desafios da extensão na área da Saúde, tem-se a articulação entre universidade e comunidade como um dos aspectos a serem enfrentados sistematicamente, pelo próprio fundamento da dialogicidade da extensão. Outro desafio é a forma de avaliação do impacto gerado no que diz respeito a mensurar os resultados das ações extensionistas, especialmente porque mudanças significativas nas condições de saúde demandam tempo, recursos e metodologias adequadas. Por outro lado, a integração com as funções de ensino e pesquisa também é fundamental, e requer esforços de planejamento e incentivos institucionais. Outro paradigma a ser quebrado é sobre seu valor como base de recurso para ensino-aprendizagem, pois apesar de sua importância, as atividades de extensão foram historicamente subvalorizadas em comparação com o ensino e a pesquisa (Pizzolatto, 2021).

Uma das consequências disso é a carência da publicação de trabalhos acadêmicos que abordem as atividades de extensão universitária sob uma perspectiva reflexiva, especialmente no que diz respeito ao seu papel na formação profissional e na promoção da saúde (Santana *et al.*, 2021). Esse cenário evidencia a importância de se ampliar o reconhecimento e o investimento na extensão universitária. Neste sentido, as desigualdades regionais de um país de dimensões continentais como o Brasil, marcado por grandes disparidades socioeconômicas e de acesso à saúde, fazem com que a extensão universitária na área da Saúde enfrente o desafio de atender demandas das mais diversas naturezas e complexidades.

5 METODOLOGIA

5.1 Modelo do estudo

Quanto ao modelo, esta pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Descritiva, pela coleta de dados sistemática para caracterizar os atributos ou comportamentos de uma população sem manipular variáveis ou estabelecer relações causais (Pharmd et al., 2003); exploratória, por investigar novas áreas ou fenômenos, com o objetivo de gerar *insights* e hipóteses, em vez de testar previsões específicas ou teorias estabelecidas (Spielberger, 2012). Quanto à abordagem metodológica, a pesquisa é quantitativa, pois emprega métodos estatísticos para analisar dados numéricos, com foco em variáveis mensuráveis e resultados objetivos (Lazaraton, 2005).

Quanto ao aspecto temporal da pesquisa, trata-se de uma avaliação *ex post*, conduzida após a conclusão das ações, analisando-se registros e documentos já consolidados no sistema institucional. Segundo Gil (2019), nesse tipo de delineamento empírico, busca-se analisar, com base em dados e informações concretas, aspectos como recursos utilizados e resultados alcançados, contribuindo para o aperfeiçoamento de futuras iniciativas, fortalecendo a capacidade de planejamento e execução da gestão extensionista (Forproex, 2013).

5.2 Universo e amostra

No que concerne às características da população e da amostra, foi considerado, para o presente estudo o universo de projetos de extensão da UFPB cadastrados na área da Saúde e executados no intervalo temporal de 2018 a 2023, vinculados aos editais institucionais do Programa de Bolsas de Extensão (Probex) e Fluxo Contínuo de Extensão (Fluex). Consideraram-se os projetos realizados em dois centros, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o Centro de Ciências Médicas (CCM), que constituem os centros de ensino superior da área da Saúde na UFPB. Consideraram-se os projetos efetivamente executados e finalizados e com registro completo no módulo de Extensão do SIGAA.

A escolha da área do conhecimento, com foco em projetos desenvolvidos em dois Centros de Ensino da área da Saúde da UFPB deveu-se à ideia de que os projetos de extensão desenvolvidos nestes centros apresentam uma relação direta

com demandas prioritárias da saúde, sobretudo de saúde pública, na Paraíba, como promoção de saúde, prevenção de doenças e capacitação de comunidades para práticas mais saudáveis. O racional para essa escolha decorre também da possibilidade de se evidenciar como as iniciativas extensionistas são moldadas pelas particularidades regionais, incluindo os desafios locais da saúde pública, e como elas contribuem para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Estudar essas iniciativas permite compreender como as ações extensionistas podem gerar impacto social significativo e fortalecer os vínculos entre a universidade e a comunidade no que concerne às necessidades de saúde.

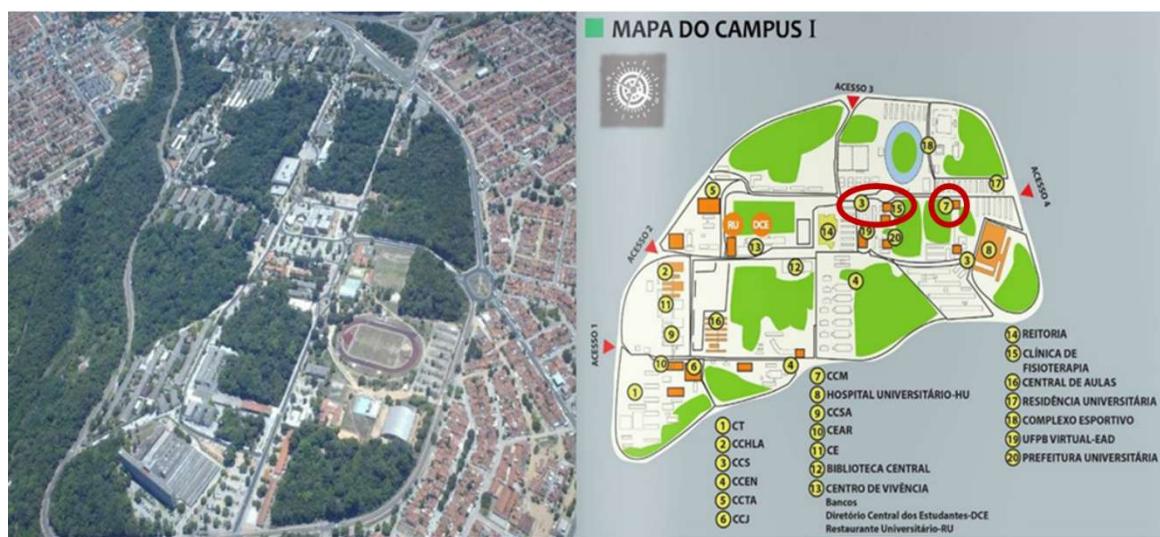
A aquisição de dados, tanto para a população como para as amostras, permite realizar um estudo comparativo entre aquilo que a UFPB produz em comparação com os referidos centros de ensino.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de revisão documental das fontes de pesquisa.

5.3 Cenários

A Figura 1 mostra a localização dos centros acadêmicos no *Campus I* da UFPB, com destaque para os centros CCS e CCM.

Figura 1. Mapas do Campus I da UFPB – A: Campus I inserido na malha urbana da cidade de João Pessoa-PB) e B: Mapa cartográfico do Campus I com indicação dos centros CCS e CCM



Fonte: Adaptado pelo autor a partir do Google Earth e de mapa disponível no site da UFPB (2025)

O Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba (CCS/UFPB) tem 50 anos de existência. O CCS possui cerca de 320 servidores técnico-administrativos e 312 professores em várias áreas da Saúde. O número de estudantes de graduação do centro é de aproximadamente 2.500 em dez cursos de graduação. O CCS é constituído por diversos edifícios (Figura 2) e ocupa uma área do *campus I* que abrange aproximadamente 30% deste.

Figura 2. Montagem ilustrativa com imagens de edifícios que constituem o CCS no Campus I da UFPB



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de imagens disponíveis no site da UFPB (2025)

A descrição do CCS que se encontra no regimento deste centro, conforme Resolução 284/79 CONSUNI/UFPB, em seu artigo 1º (UFPB, 1979, p. 2):

O Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal da Paraíba, instituído pelo decreto 73701, de 28 de fevereiro de 1974, integra o sistema de ensino, pesquisa e extensão desta Universidade, como órgão executivo em nível intermediário de administração, agrupando departamentos, coordenações didáticas e outros órgãos.

O Centro de Ciências Médicas (CCM) é uma unidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) também situada no *Campus I*, responsável por coordenar as atividades pedagógicas e administrativas do curso de Medicina. Este curso foi parte do CCS entre 1960 e 2007, quando o CCM foi

criado, reunindo cinco departamentos: Cirurgia (DC), Medicina Interna (DMI), Obstetrícia e Ginecologia (DOG), Pediatria e Genética (DPG) e Promoção da Saúde (DPS). Atualmente, o centro possui seis departamentos, após a divisão do DPS em dois, surgindo, então, o Departamento de Doenças Infecciosas e Parasitárias (DDIP). Além disso, nos primeiros períodos (ciclo pré-clínico) do curso, grande parte dos módulos é ministrada por docentes de departamentos do CCS, como os de Fisiologia e Patologia, Morfologia e Biologia Molecular.

O curso de graduação em medicina foi fundado em 1951, como escola privada, sendo federalizado em 1960, com a criação da UFPB, composta pela Faculdade de Medicina e outras nove faculdades. O CCM ocupa um edifício de três andares e abriga unidades administrativas e pedagógicas relacionadas ao curso de graduação em medicina (Figura 3).

Figura 3. Edifício do CCM no Campus I da UFPB



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de imagens disponíveis no site da UFPB (2025)

Conforme informação do site do CCM/UFPB:

“O Centro de Ciências Médicas (CCM), localizado no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, abriga o curso de graduação em Medicina, que há mais de 60 anos prepara profissionais de saúde em nosso estado. O CCM também oferece o Mestrado Profissional em Saúde da Família, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, e a Residência Médica em 15 especialidades. O edifício-sede do CCM, inaugurado em 2012, atende cerca de 800 alunos e conta com uma estrutura física de qualidade para a comunidade, com biblioteca, refeitório, salas informatizadas e climatizadas, auditório e espaços de convivência e repouso.”

5.4 Procedimentos de coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, com base nas informações disponíveis nos registros institucionais do SIGAA/Extensão. Foram extraídos dados referentes a cada projeto, incluindo título, coordenador, ano de execução, área temática, linha de ação (modalidade) e público-alvo. O levantamento foi feito de forma sistemática, abrangendo todos os registros ativos e concluídos no período delimitado.

Em relação à fonte dos dados desta pesquisa, a coleta foi realizada em 04/09/2024, a partir das seguintes bases e documentos, dispostos no Quadro 1:

Quadro 1. Fontes eletrônicas de dados para análise do perfil dos projetos de extensão no CCM e CCS da UFPB (2018-2023)

Dados	Fontes eletrônicas
Nº de docentes	sigrh.ufpb.br
Nº de técnicos-administrativos	sigrh.ufpb.br
Nº de discentes	http://www.ufpb.br/ufpbemnumeros_dadosabertos.ufpb.br https://www.prg.ufpb.br/prg/contents/menu/institucional-1/observatorio-de-dados
Nº de extensionistas	observatório PROEX
Nº de projetos financiados	sigaa.ufpb.br
Nº de total de projetos	sigaa.ufpb.br
Nº de coordenadores	sigaa.ufpb.br
Área temática dos projetos	sigaa.ufpb.br
Público estimado por projeto	sigaa.ufpb.br
Plano de Desenvolvimento Institucional	https://www.ufpb.br/proplan

Fonte: O autor (2025) em síntese de fontes institucionais da UFPB disponíveis de forma online.

A seguir, especificam-se as fontes indicadas no Quadro 1:

- SIGRH (Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos)

O SIGRH é o sistema responsável pela gestão dos recursos humanos na UFPB. Ele permite que servidores e gestores realizem diversas atividades administrativas.

- Observatório da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

O Observatório PROEX é uma iniciativa voltada para o monitoramento e acompanhamento das ações de extensão universitária na UFPB. O acesso a esse

instrumento de controle de dados da extensão se dá pelo portal <https://observatoriodedadosdaextensoao.onrender.com/>. Suas principais funções incluem:

- Reunir dados e indicadores sobre projetos e programas de extensão;
- Divulgar atividades extensionistas realizadas na universidade;
- Promover análises e relatórios para subsidiar políticas institucionais de extensão; e
- Facilitar o acesso da comunidade acadêmica e externa às ações de extensão.
- Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)

O SIGAA é o principal sistema acadêmico da UFPB, utilizado por estudantes, professores e gestores para gerenciar atividades acadêmicas, incluindo os seguintes dados:

- Matrícula em disciplinas e consulta ao histórico acadêmico;
- Lançamento de notas e frequência por docentes;
- Acompanhamento de turmas e planos de ensino;
- Solicitação de documentos acadêmicos (declarações, históricos, diplomas); e
- Gestão de pesquisa, extensão e monitoria.
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB

O PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UFPB é um documento estratégico que orienta a gestão da universidade em um período específico (geralmente de cinco anos). Ele define:

- Missão, visão e valores institucionais;
- Metas e diretrizes para ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- Planejamento de infraestrutura e expansão;
- Gestão financeira e de recursos humanos; e
- Estratégias para melhoria da qualidade acadêmica.

O PDI é fundamental para alinhar as ações da UFPB às demandas da sociedade e às políticas educacionais nacionais.

A principal técnica de coleta de dados desta pesquisa foi a análise documental, com extração de dados dos projetos de extensão disponibilizados pela UFPB pelo SIGAA, seguindo-se operacionalmente as seguintes ações:

- (a) Análise documental de todos os projetos de extensão cadastrados nos sistemas de gestão da UFPB no período de 2018-2023;
- (b) Realização de levantamento de documentos relacionados aos projetos de extensão em relatórios institucionais, registros acadêmicos do SIGAA, páginas eletrônicas da UFPB e outros arquivos disponíveis no portal da instituição;
- (c) Organização dos projetos de extensão em categorias com base em critérios relevantes como área temática e público-alvo;
- (d) Organização dos dados em planilhas para quantificação das variáveis da pesquisa;
- (e) Análise de dados por meio de estatística descritiva;
- (f) Leitura do conteúdo dos documentos para identificar o alinhamento dos projetos aos indicadores do Forproex e do PDI/UFPB; e
- (g) Comparação dos dados coletados ao longo dos anos para identificar mudanças e tendências no cenário institucional da UFPB, bem como de forma setorial, nos centros CCS e CCM.

Os dados obtidos foram organizados e tabulados em planilhas eletrônicas do aplicativo Microsoft Excel®, a fim de permitir o armazenamento estruturado e a categorização das variáveis. A planilha serviu como instrumento de consolidação das informações coletadas, possibilitando a sistematização dos dados para posterior análise estatística. As variáveis foram codificadas conforme critérios padronizados e validadas por dupla conferência para garantir a fidedignidade do registro.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas, além de médias aritméticas. Essa abordagem permitiu caracterizar o perfil dos projetos de extensão e identificar padrões de distribuição entre as variáveis estudadas, subsidiando a interpretação dos resultados à luz das diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária e dos objetivos estratégicos do PDI da UFPB (2019-2023).

5.5 Descrição de perfis dos projetos de extensão por área temática e público-alvo

Nas informações extraídas quanto à área temática e ao público estimado foi considerado que quanto melhor distribuídos os projetos estivessem nas diversas

áreas temáticas, mais multidisciplinaridade possuiria. Considerando a natureza dos centros CCM e CCS da UFPB como unidades acadêmicas que possuem cursos voltados para a Saúde (15 cursos ao todo), um indicador de multidisciplinaridade foi inferido a partir do cadastro de outras áreas temáticas nos projetos, segundo orientação de Silva e Tolentino Júnior (2021).

Por outro lado, considerou-se a estimativa de público atingido como sendo uma variável indicativa de impacto social dos projetos executados. Além disso, supôs-se que quanto maior o público atingido (no presente caso, relativo às ações do CCM e CCS), maior seria considerada a interação com a sociedade, como está previsto na concepção e práticas das diretrizes extensionistas do MEC (BRASIL, 2025).

Por fim, considerou-se a quantificação de convênios e parcerias como um fator relevante para identificar o quanto um projeto dialoga com outros setores da sociedade - setor público, privado e terceiro setor - e, paralelamente, a promoção da intersetorialidade e/ou interinstitucionalidade dos objetivos dos projetos, no sentido de promover ações que dialogam com políticas públicas e demandas sociais, como setores de educação, assistência social, meio ambiente, direito, entre outros, com potencial contribuição à formação cidadã dos estudantes (Akerman *et al.*, 2014). Entretanto, não foi utilizada esta variável neste trabalho em razão de não ter-se uma fonte quantificável de maneira fidedigna a respeito das parcerias e convênios efetivados, em virtude deste dado ser solicitado apenas na fase de cadastro das propostas de projetos, não sendo monitorado o cumprimento das possíveis parcerias ao longo de sua execução.

5.6 Indicadores de avaliação do Forproex para projetos de extensão

Para avaliação dos projetos, foram considerados os indicadores do Forproex descritos no relatório do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre indicadores de avaliação da extensão, que se tornou, em 2001, a Comissão Permanente de Avaliação de Extensão (CPAE) do Forproex, que se encontra sob a forma de livro digital intitulado “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária” (IBEU), coordenado por Maximiano Júnior *et al.* (2017). Estes indicadores são apresentados na página 32 da referida publicação do Forproex, totalizando 52 indicadores, dos quais estão reproduzidos os nomes dos 10 mais relevantes para análise institucional no Quadro 2 da presente dissertação.

Entre os dez indicadores considerados mais relevantes, adotaram-se, para análise, nesta dissertação, os três seguintes: participação de docentes na extensão, público alcançado e ações de extensão por modalidade.

Quadro 2. Os dez Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária mais relevantes segundo o Forproex em 2017

Ordem	Código	Nome do Indicador
1	RUS07	Público alcançado por programas e projetos
2	RUS08	Público alcançado por cursos e eventos
3	RUS10	Ações de extensão dirigidas às escolas públicas
4	RUS12	Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas
5	PA07	Participação geral da extensão no apoio ao estudante
6	PG08	Garantia da qualidade na extensão
7	Prod01	Ações de extensão desenvolvidas por modalidade
8	PA08	Participação de docentes na extensão
9	PG02	Estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária
10	PG11	Recursos do orçamento anual público voltado para extensão

Códigos dos indicadores: RUS07; RUS08; RUS10; RUS12; PA07; PG08; Prod01; PA08; PG02; PG11.

Fonte: Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (Maximiano Junior *et al.*, 2017).

A obra referida foi empregada como critério de avaliação por ser uma referência nacional para gestores e pesquisadores da área para fundamentar a avaliação institucional da extensão.

5.7 Alinhamento dos projetos de extensão aos objetivos e metas do PDI da UFPB

Considerando o PDI atual da UFPB (2019-2023), foi necessário realizar uma leitura para identificar quais objetivos, metas e indicadores tratavam do desempenho institucional da extensão na UFPB. Para isso, foi realizada uma busca do termo “extensão”, para distinguir, por departamento, os resultados dos indicadores para a realidade do CCS e CCM, e compará-los com o resultado institucional da UFPB. Seguindo os objetivos estratégicos do PDI da UFPB, que possuem estreita relação com a extensão universitária, foram consideradas especificamente as seguintes ações:

(i) PI.GAc.01: Fortalecer o desempenho acadêmico

- Descrição: Gerenciamento de políticas institucionais para ampliar a melhoria do acesso, permanência, conclusão e diplomação dos estudantes, bem como o desenvolvimento de ações e investimentos com vistas à consolidação de programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão.
- Indicador associado: PI.GAc.01.I1. Número de bolsas dos programas acadêmicos. Sem fórmula de cálculo.
- Meta associada a este indicador: PI.GAc.01.I1.M3 (ampliar em 25% o número de bolsas destinadas aos Programas de Extensão).
- Unidade de execução: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), atual Pró-reitoria de Extensão da UFPB (PROEX).

(ii) PI.GAc.02: Integrar os projetos pedagógicos às necessidades e perspectivas da sociedade e do mundo do trabalho

- Descrição: Atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, avaliando as necessidades de inclusões e/ou alterações de componentes curriculares, modernizando os processos de ensino e aprendizagem adequando-os às transformações sociais.
- Indicador associado: PI.GAc.02.I3, ou taxa de curricularização da Extensão Universitária.
- Meta associada a este indicador: PI.GAc.02.I3.M1. Promover a curricularização da extensão universitária em 100% dos cursos de graduação.
- Unidade de execução: PRAC, atual Pró-reitoria de Extensão da UFPB (PROEX).

O indicador PI.GAc.02.I3 apresenta a seguinte fórmula institucional (PDI) para mensuração:

PI.GAc.02.I3. Taxa de curricularização da Extensão Universitária. <i>Cálculo:</i> $TCurExt = \frac{NCurExt}{TCurGr} \times 100$ <i>Legenda:</i> TCurExt: Taxa de Curricularização; NCurExt: Número de cursos que adotaram a curricularização no PPC; TCurGr: Total de cursos de graduação.
--

(iii) PI.GAc.03: Incentivar a produção acadêmica e a inovação científica e tecnológica.

- Descrição: Fortalecimento das atividades de pesquisa e de inovação de modo a ampliar a produção acadêmica e tecnológica, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido na Universidade.
- Indicador associado: PI.GAc.03.I8 ou taxa de aferição de registro de produtos oriundos das ações de extensão universitária.
- Meta associada a este indicador: PI.GAc.03.I8.M1, ou meta de ampliar em 20% o registro de produtos oriundos das ações de extensão universitária na UFPB.
- Unidade de execução: PRAC, atual Pró-reitoria de Extensão da UFPB (PROEX).

A fórmula de cálculo do PDI para o PI.GAc.0.I8 3 é a seguinte:

<p>PI.GAc.03.I8. Taxa de aferição de Registro de produtos oriundos das ações de extensão universitária.</p> <p><i>Cálculo:</i></p> $TPExt = \frac{(NP_i - NP_{i-1})}{NP_{i-1}} \times 100$ <p><i>Legenda:</i></p> <p><i>TPExt:</i> Taxa de aferição do registro de produtos de extensão;</p> <p><i>NP_i:</i> número de registros do exercício atual <i>i</i>;</p> <p><i>NP_{i-1}:</i> número de registros do exercício anterior</p>
--

(iv) PI.GAc.04: Consolidar e ampliar as ações de internacionalização.

- Descrição: Desenvolvimento de ações para o ensino, pesquisa e extensão, com vistas a fortalecer o processo de internacionalização da Universidade, tornando-a partícipe da produção global de conhecimento, através de intercâmbios acadêmicos, parcerias com centros de pesquisa, órgãos de fomento, agências internacionais, dentre outros.
- Indicador associado: PI.GAc.04.I5, ou número de convênios e parcerias de internacionalização nas atividades da Extensão Universitária; sem fórmula definida.
- Meta associada a este indicador: PI.GAc.04.I5.M1, ou meta de ampliar 20% o número de convênios e parcerias da extensão com

organizações não governamentais, instituições e corporações, públicas e privadas internacionais.

- Unidade de execução: PRAC, atual Pró-reitoria de Extensão da UFPB (PROEX).

(v) SOC.02: Contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade

- Descrição: Sem descrição.
- Indicador associado: SOC.02.I3 ou número de ações extensionistas com a comunidade interna e externa. Sem fórmula.
- Metas associadas a este indicador: SOC.02.I3.M1 - ampliar em 30% as ações extensionistas direcionadas às escolas públicas e às minorias sociais (pessoas privadas de liberdade, dentre outros; e SOC.02.I3.M2 ou ampliar em 30% as parcerias com outras unidades, instituições, escolas, organizações sociais e municípios.
- Unidade de execução: PRAC, atual Pró-reitoria de Extensão da UFPB (PROEX).

Dentre tais indicadores do PDI 2019-2023 da UFPB, os parâmetros ligados à extensão no programa são apresentados de forma objetiva no **Apêndice A** (quadro-síntese dos objetivos, indicadores e metas do PDI aplicáveis à extensão na UFPB) na presente dissertação. Nesta síntese dos indicadores pretendeu-se relacionar os valores observados nos dados extraídos das fontes institucionais relativas à UFPB e aos centros de ensino do CCM e CCS aos parâmetros do PDI e, deste modo, obter uma articulação que não se encontra explícita e completa no próprio programa de desenvolvimento.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Caracterização geral dos projetos de extensão do CCS e CCM e análise comparativa dos centros com os números institucionais entre 2018 e 2023

O conjunto de projetos de extensão vinculados ao CCM e ao CCS da UFPB apresentou características que permitiram delinear o perfil institucional da extensão nos dois centros, com número total de iniciativas cadastradas no período analisado de cinco anos e sua distribuição anual.

Entre 2018 e 2023, a UFPB executou 3.370 projetos de extensão, dos quais o CCS executou 976 (29% do total da UFPB) e o CCM por 333 (9,9% do total), representando, os dois centros conjuntamente, 38,9% das ações extensionistas da instituição no período dos cinco anos analisados, o que reflete uma forte inserção extensionista da área da Saúde na UFPB. A especificação por ano, por centro e o total da UFPB está demonstrada na Figura 4.

Figura 4. Gráfico comparativo dos números absolutos e participações percentuais de projetos de extensão da UFPB, CCS e CCM no período entre 2018 e 2023



Fonte: Portais oficiais da UFPB (sistemas integrados de gestão SIGAA e SIGRH)

Assim, a Figura 4 evidencia um crescimento contínuo do total de projetos na UFPB, exceto no terceiro ano da série, observando-se menor número de ações em

2020 (primeiro ano de pandemia) e pico no último ano observado, em 2023. Demonstra-se que houve participação expressiva e estável do CCS em todos os anos, variando de 24,3% a 36,4% do total de projetos da UFPB. Com contribuição constante, embora menor em volume, o CCM manteve um padrão regular, entre 8% e 12,4%, de envolvimento com a extensão. O aumento total da UFPB em 2023 reflete um crescimento global da extensão, mesmo com leve redução proporcional dos centros da saúde.

Portanto, a análise da evolução dos projetos de extensão da UFPB entre 2018 e 2023 evidencia uma ampliação gradual das ações extensionistas na instituição, com incremento de aproximadamente 41% no número total de projetos ao longo do período. O CCS e o CCM mantiveram participação significativa nesse contexto, ainda que com perfis distintos.

O CCS concentrou, em média, cerca de 30% dos projetos da universidade, alcançando o pico de 36,4% em 2020 — ano marcado pela intensificação das atividades voltadas à saúde coletiva e ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, o que reforça o papel estratégico das ações extensionistas como resposta social em situações emergenciais. O CCM, embora tenha apresentado menor volume absoluto, manteve regularidade na participação, situando-se entre 8% e 12% dos projetos da instituição, o que demonstra constância na articulação entre ensino, pesquisa e extensão voltada à formação médica.

Em conjunto, os dois centros responderam por quase 40% das iniciativas de extensão da UFPB, confirmando a relevância da área da saúde como vetor de interação universidade-sociedade e de promoção de práticas interdisciplinares, alinhadas à Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012) e às metas de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previstas no PDI da instituição. Pode-se, então, inferir que a área da Saúde como um todo (CCS e CCM) constituiu um eixo estruturante da extensão na UFPB nos dois anos anteriores e dois posteriores à pandemia.

6.2 Análise dos projetos conforme indicadores do Forproex

6.2.1 Área temática

A avaliação dos dados da Tabela 1 mostra que os números de projetos na área temática da Saúde nos centros CCM e CCS são majoritários nos respectivos centros, configurando um resultado esperado, pois esse predomínio reflete a

vocação do centro, embora limite a diversidade temática da extensão. Entretanto, a participação de iniciativas em áreas não estritamente vinculadas à saúde indica potencial para práticas mais interdisciplinares. O número de projetos da área temática da saúde no âmbito da UFPB como um todo supera a participação de projetos em qualquer das outras áreas, inclusive da área temática de educação.

No CCS, a área da saúde concentrou mais de 85% dos projetos em todos os anos (87,0% em 2018; 87,1% em 2023). A Educação foi a segunda área mais cadastrada nas ações, com participação significativa, embora minoritária, variando entre 8,0% e 9,5%, mostrando a relevância de ações formativas, geralmente voltadas à comunidade interna e a escolas. Áreas como Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Comunicação, Cultura, Trabalho e Tecnologia apresentaram participações marginais (cerca de 3%, somadas). Esses resultados indicam baixo grau de interdisciplinaridade, o que sugere a necessidade de estimular projetos interdisciplinares, em consonância com o Forproex e a Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Contudo, no CCM, o predomínio foi ainda maior da Saúde que o do CCS, alcançando patamares superiores a 95% de todos os projetos (variando de 95,0% em 2018 a 96,6% em 2023), demonstrando elevada concentração temática e participação apenas residual das demais áreas. A Educação aparece de forma pontual (até 3,6% em 2021), mas sem regularidade. Outras áreas (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Trabalho, Tecnologia) praticamente inexistem ao longo do período de 2018 a 2023. Portanto, pode-se afirmar que o CCM apresenta, aparentemente, uma interdisciplinaridade limitada, contrastando com as diretrizes nacionais que preconizam diversidade temática e impacto social ampliado.

É preciso salientar, entretanto, que a área temática indica o tema central, e constitui uma categoria ampla que orienta a sistematização e classificação das iniciativas em oito grandes focos, que servem para organizar as atividades, mas uma ação pode ser classificada em uma área diferente da sua linha de extensão, dependendo do foco substantivo do projeto, como pode ser exemplificado por uma ação de inovação tecnológica na área da Saúde. Um projeto sobre um novo tratamento para feridas crônicas deve ser classificado na área temática de Saúde, mesmo que a metodologia seja a de um curso à distância, que poderia remeter à

Educação. A área temática, ao ser preenchida no ato de cadastrar uma ação de extensão, considera o objeto substantivo da ação, que no caso, é a própria Saúde.

Tabela 1: Frequências de projetos por área temática no âmbito da UFPB e dos centros de ensino CCS e CCM (2018-2023)

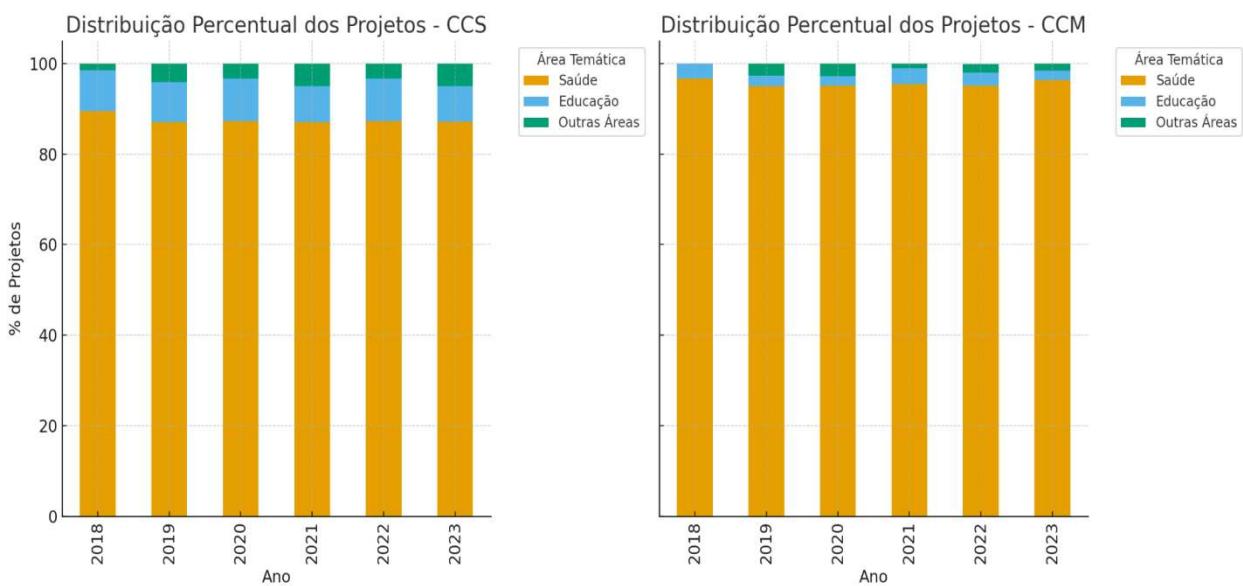
Contexto/Área	Frequências absolutas						Frequências relativas					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2018	2019	2020	2021	2022	2023
UFPB												
Comunicação	26	33	45	55	50	53	3,4	4	5,1	6,6	5,8	5,4
Cultura	87	112	115	94	108	108	11,4	13,7	12,9	11,3	12,5	11,1
DH e Justiça	31	30	32	45	38	44	4,1	3,7	3,6	5,4	4,4	4,5
Educação	210	232	229	217	202	236	27,5	28,4	25,7	26,1	23,5	24,2
Meio Ambiente	57	48	77	77	80	107	7,5	5,9	8,7	9,2	9,3	11
Saúde	250	259	262	243	248	262	32,8	31,7	29,4	29,2	28,8	26,9
T&P	72	75	96	69	91	119	9,4	9,2	10,8	8,3	10,6	12,2
Trabalho	30	28	34	33	44	45	3,9	3,4	3,8	4	5,1	4,6
CCS												
Comunicação	0	1	1	2	3	2	0	0,6	0,6	1,2	1,7	1,1
Cultura	0	3	1	0	2	0	0	1,8	0,6	0	1,1	0
DH e Justiça	2	1	1	4	4	3	1,4	0,6	0,6	2,4	2,2	1,7
Educação	13	15	17	16	9	14	9	8,9	10,3	9,5	5	7,9
Meio Ambiente	0	0	0	3	3	2	0	0	0	1,8	1,7	1,1
Saúde	128	147	144	141	156	155	88,9	87	87,3	83,9	87,2	87,1
T&P	1	1	0	1	0	1	0,7	0,6	0	0,6	0	0,6
Trabalho	0	1	1	1	2	1	0	0,6	0,6	0,6	1,1	0,6
CCM												
Comunicação	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0	2	0
Cultura	0	1	0	0	1	1	0	2,1	0	0	2	1,9
DH e Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação	2	1	2	2	3	1	3,4	2,1	3,9	3,6	6	1,9
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	57	45	48	54	45	52	96,6	95,7	94,1	96,4	90	96,3
T&P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; DH: Direitos Humanos; T&P: Tecnologia e Produção

Fonte: Portais eletrônicos oficiais da UFPB (sistemas integrados de gestão SIGAA e SIGRH)

Para sintetizar, a Figura 5 revela que tanto o CCS quanto o CCM apresentam uma extensão fortemente concentrada na área temática da Saúde. Essa predominância pode comprometer não apenas o potencial de interdisciplinaridade, mas também de intersetorialidade e inovação social, dimensões centrais da Política Nacional de Extensão Universitária e do PDI da UFPB. O CCS mostra maior abertura temática do que o CCM, pois há cerca de 10% em educação e pequena participação em outras áreas, o que reflete um pouco mais de diversidade, ainda que aparentemente insuficiente para consolidar práticas integradas com outras áreas do conhecimento, que sugere ser o CCS o que sinaliza avanços em direção à pluralidade para ampliar seu espectro de atuação extensionista.

Figura 5. Distribuição percentual comparativa das áreas temáticas dos projetos do CCS e CCM entre 2018 e 2023 na Universidade Federal da Paraíba



Fonte: O autor (2025) a partir de extração de dados de portais eletrônicos oficiais da UFPB (sistemas integrados de gestão SIGAA e SIGRH)

Segundo Porter e Rafols (2009), a diversidade temática é um dos principais indicadores de interdisciplinaridade, permitindo a integração de saberes e a construção de respostas mais amplas a problemas complexos. Além da interdisciplinaridade, a intersetorialidade é um princípio central da Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012) e da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que preconizam a articulação entre a universidade e diferentes setores sociais, econômicos e culturais da sociedade. Akerman, Mendes e Bóguus (2014) destacam que a intersetorialidade amplia a potência de transformação social das ações ao integrar diferentes atores institucionais e setores da sociedade civil. Nesse sentido, a baixa diversidade temática observada, especialmente no CCM, pode indicar fragilidade na capacidade de firmar parcerias e convênios com instituições externas de áreas distintas, restringindo o potencial de impacto intersetorial das ações de extensão (Junqueira, 2010). Nesse sentido, não foi possível a definição precisa de parcerias e convênios nas fontes analisadas neste estudo.

Por fim, ao relacionar esses resultados com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPB, observa-se que, embora os projetos dos dois centros contribuam para metas associadas à integralização da carga horária de extensão e à interação transformadora com a sociedade, a concentração temática pode comprometer o alcance de objetivos voltados à diversidade e à transversalidade do

conhecimento. O PDI da UFPB valoriza a extensão como instrumento de inovação social e integração com a comunidade, metas que exigem maior pluralidade temática e intersetorialidade. Assim, ampliar a diversidade dos projetos no CCM e fortalecer ainda mais o CCS pode representar não apenas um alinhamento às normativas nacionais, mas também uma estratégia institucional de fortalecimento da extensão universitária como dimensão formativa, normativamente referenciada e socialmente inovadora.

Dessa forma, ao compreender a distribuição dos projetos por áreas temáticas e a sua contribuição relativa para a interdisciplinaridade e intersetorialidade, torna-se possível avançar para uma análise mais qualitativa de sua efetividade. Nesse sentido, a aplicação dos indicadores de avaliação propostos pelo Forproex oferece parâmetros consistentes para examinar dimensões como relevância social, impacto e articulação ensino-pesquisa-extensão.

Há necessidade de diversificação temática e parcerias intersetoriais, além de estímulo a projetos interdisciplinares (Saúde e Educação, Direitos Humanos, Cultura, Meio Ambiente, Tecnologia) e parcerias com setores externos (secretarias municipais/estaduais, organizações não-governamentais, redes comunitárias), ampliando impacto e alinhamento temático ao FORPROEX e ao PDI.

Em seguida, serão apresentados e discutidos os resultados dos projetos de extensão do CCM e do CCS da UFPB à luz desses indicadores, permitindo uma avaliação mais ampla do alinhamento das ações extensionistas às diretrizes nacionais e institucionais.

6.2.2 Participação docente

A Tabela 2 apresenta a quantidade de docentes dos centros CCM e CCS em relação a todo o corpo docente da UFPB (valores absolutos e percentuais), bem como os docentes envolvidos na extensão entre 2018 e 2023.

Tabela 2. Número de docentes dos Centros de Ciências Médicas (CCM) e de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB, isoladamente e em conjunto, em comparação ao total institucional (2018-2023)

Ano	CCM (n/%)	CCS (n/%)	CCM + CCS (n/%)	Total UFPB (n)
2018	112 (3,5)	220 (6,8)	332 (10,2)	3256
2019	115 (3,6)	225 (7,0)	340 (10,6)	3210
2020	118 (3,8)	230 (7,1)	348 (10,9)	3230
2021	120 (3,9)	235 (7,3)	355 (11,2)	3240
2022	121 (4,0)	240 (7,4)	361 (11,4)	3250
2023	122 (4,1)	245 (7,6)	367 (11,7)	3260

n = número absoluto de docentes; % = percentual de docentes

Fonte: O autor (2025) a partir de extração de dados de portais eletrônicos oficiais da UFPB (sistemas integrados de gestão SIGAA e SIGRH)

Os centros CCS e CCM, juntos, representaram cerca de 19% a 21% do corpo docente total da UFPB ao longo do período analisado. Esse percentual se manteve relativamente estável, com variações pequenas de 19,2% (2018) para um pico de 21,2% (2020) e estabilização em torno de 19,7% a 19,8% nos últimos anos da série em relação à força de trabalho total da instituição, enquanto a participação percentual de docentes em projetos de extensão desses centros em relação à participação de toda a UFPB ficou entre 24,2% e 26,8% no mesmo período. Embora com números quantitativamente relevantes, os dois centros não sofreram grandes oscilações proporcionais dentro dos números da estrutura docente da UFPB. Outros estudos posteriores envolvendo a participação dos servidores técnico-administrativos dos centros citados, na qualidade de proponentes de projetos, poderão corrigir e/ou aproximar os valores setoriais dos institucionais.

A proporção de docentes envolvidos em projetos de extensão na UFPB como um todo variou de 1200 em 2018 para 1394 em 2023, indicando um crescimento de 16%. No conjunto CCS e CCM, o número absoluto de docentes extensionistas cresceu de 318 em 2018 para 337 em 2023, respectivamente. Apesar disso, o percentual relativo do CCS combinado ao do CCM, em relação ao total de extensionistas da UFPB, caiu de 26,5% em 2018 para 24,2% em 2023. O CCS teve mais docentes envolvidos na extensão do que o CCM, refletindo seu maior porte e diversidade de cursos, com números consistentemente superiores em todos os anos analisados. Em termos proporcionais, o CCS teve cerca de 2,4 a 2,8 vezes mais docentes que o CCM, indicando que no CCM, a participação docente em extensão é menor, possivelmente refletindo também a concentração temática na saúde vista na Tabela 1.

Demonstra-se também na Tabela 2 que, embora CCS e CCM representem conjuntamente quase um quinto do corpo docente total da UFPB, sua contribuição relativa para a extensão caiu ao longo do período de tempo observado. Verifica-se que, embora historicamente tenham representado uma fração expressiva dos extensionistas da UFPB, houve tendência de redução relativa ao longo do período, passando de 26,5% em 2018 para 24,2% em 2023. Esse movimento sugere que outros centros da universidade ampliaram de forma mais significativa sua inserção na extensão, enquanto CCS e CCM mantiveram desempenho estável em números absolutos. Assim, mesmo com relevância institucional consolidada, os dados indicam a necessidade de estratégias específicas para estimular maior engajamento docente em atividades extensionistas nos centros da saúde, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e com as metas do PDI da UFPB, que destacam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a relevância da ampliação da participação docente nessas ações.

O indicador PA08 expressa a participação de docentes como proponentes de projetos de extensão. Junto aos servidores técnicos-administrativos, são responsáveis por criar e manter as iniciativas extensionistas no âmbito institucional. Sendo assim, segue os dados de participação docente da UFPB, bem como dos docentes lotados nos departamentos ligados aos centros de ensino CCM e CCS, dentre os anos de 2018 a 2023. Como o indicador não contabiliza a participação dos técnicos administrativos, os dados apresentados referem-se somente aos docentes da instituição.

A tabela 3 demonstra as frequências de docentes da UFPB envolvidos nas ações de extensão, em termos absolutos e percentualmente em relação ao total. O mesmo se aplica aos dados dos centros de ensino CCM e CCS.

Tabela 3. Participação de docentes na extensão da UFPB, CCS e CCM (2018-2023)

Anos	Total	Docentes	Percentual	Total	Docentes	Percentual	Total	Docentes	Percentual
	docentes UFPB	UFPB na UFPB	CCS na extensão	docentes CCS	CCS na extensão	CCM na extensão	CCM na extensão	CCM na extensão	CCM na extensão
2018	2178	1200	55,1	299	236	78,93	120	82	68,33
2019	2241	1245	55,56	311	236	75,88	124	77	62,1
2020	2359	1340	56,8	359	272	75,77	141	77	54,61
2021	2419	1313	54,28	328	264	80,49	148	91	61,97
2022	2464	1334	54,14	343	273	79,59	143	79	55,24
2023	2520	1394	55,32	354	260	73,45	145	77	53,1

CCS: Centro de Ciências da Saúde; CCM: Centro de Ciências Médicas; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: O autor (2025) a partir de extração de dados de portais eletrônicos oficiais da UFPB (sistemas integrados de gestão SIGAA e SIGRH)

O número total de docentes da UFPB variou de 2.178 em 2018 para 2.520 em 2023, revelando um crescimento moderado de cerca de 15,7% ao longo do período analisado. Paralelamente, o número de docentes envolvidos em projetos de extensão passou de 1.200 em 2018 para 1.394 em 2023, mantendo-se estável em termos proporcionais, com pequenas oscilações percentuais entre 54% e 57%. Isso indica que, embora o quadro docente tenha aumentado, a proporção de professores engajados na extensão permaneceu praticamente constante, refletindo uma política institucional estável, mas sem expressivo avanço na ampliação da participação docente.

No CCS, observou-se o total de docentes que variou de 299 (2018) para 354 (2023). O número de docentes atuantes na extensão manteve-se elevado, com percentuais entre 73,4% e 80,5%, os mais altos entre as unidades analisadas. Esses resultados indicam que o CCS apresenta forte cultura extensionista, com envolvimento majoritário de seus docentes nas ações da PROEX. A leve redução observada em 2023 (73,45%) pode estar relacionada a fatores conjunturais — como rotatividade docente, transição de editais ou redução de carga horária de extensão em alguns cursos —, mas não compromete o predomínio histórico da extensão no centro.

O CCM apresenta números menores em termos absolutos (entre 120 e 145 docentes no período), mas uma participação expressiva na extensão, especialmente em 2018 (68,33%). Contudo, há uma tendência de queda progressiva nos percentuais de participação: de 68,3% em 2018 para 53,1% em 2023, configurando uma redução de aproximadamente 15 pontos percentuais em seis anos. Esse declínio pode indicar dificuldades de manutenção de ações extensionistas regulares no CCM, possivelmente devido a sobrecarga com atividades de ensino clínico, reorganizações curriculares ou limitações de tempo e incentivo institucional. Ainda assim, o percentual de mais de 50% de engajamento mantém o CCM acima da média institucional geral da UFPB, demonstrando que a extensão segue como um eixo relevante na formação médica.

Os dados evidenciam que, entre 2018 e 2023, a UFPB manteve um padrão estável de engajamento docente na extensão universitária, com destaque para o Centro de Ciências da Saúde, que se consolida como o núcleo mais ativo no

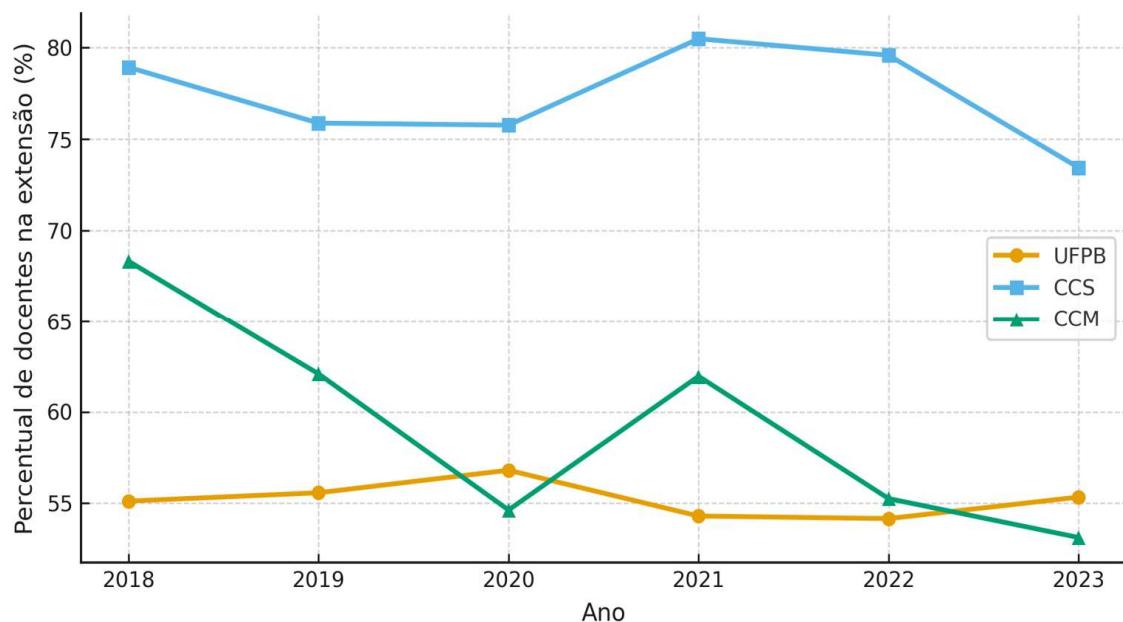
campo da saúde. O CCM, embora ainda apresente percentual elevado, revela uma tendência de retração que merece atenção institucional, sobretudo no contexto da integração ensino-pesquisa-extensão e das metas extensionistas do PDI (2019-2023). Esses resultados sugerem a necessidade de reforço de políticas de valorização e incentivo à docência extensionista, principalmente em cursos com alta demanda assistencial e de elevada carga clínica, como ocorre na docência em Medicina. Santana *et al.* (2022), ao investigar a percepção de docentes sobre ações extensionistas na formação profissional e na promoção da saúde, embora reconheçam os benefícios da extensão, destacaram a necessidade de maior incentivo político e econômico institucional (recursos, apoio administrativo, motivação institucional) para que essas ações sejam mais bem desenvolvidas e sustentadas. Contudo, tais desafios são compartilhados tanto pelos docentes de medicina quanto das outras categorias profissionais da área da Saúde.

Salienta-se, entretanto, que há relatos de percepções de dificuldades de professores do curso de Medicina, destacando sobrecarga, múltiplas atribuições e escassez de tempo para dedicação a atividades que anteriormente era extracurriculares, como extensão, em meio às responsabilidades assistenciais na atenção primária e em serviços hospitalares (Matos *et al.*, 2023). Garcia e Silva (2011) também mostraram que docentes de Medicina frequentemente relatam pressões da rotina clínica que limitam sua capacidade de engajamento com outras funções acadêmicas, sobretudo pela maior frequência de vínculo parcial, múltiplas funções e maior resistência às mudanças curriculares. Esse tipo de evidência aponta para o fato de que os docentes médicos estão estruturalmente em situação desafiadora para se dedicarem a atividades de extensão, reforçando a necessidade de políticas de incentivo. Esses fatores criam condições menos favoráveis para que docentes de Medicina se dediquem com intensidade a atividades acadêmicas além do ensino clínico direto, como extensão e inovação pedagógica.

Isso ficou expresso na Figura 6, em que se observa claramente que o número de docentes da UFPB envolvidos em projetos de extensão também é percentualmente menor que os resultados de participação de docentes dos departamentos do CCS em todo o período de 2018 a 2023. Em relação aos docentes dos departamentos do CCM, estes estiveram à frente da participação docente em relação à UFPB (em termos percentuais) nos anos de 2018, 2019,

2021 e 2022, mas nos anos de 2020 e 2023, a UFPB teve média de participação docente superior ao dos docentes dos departamentos do CCM.

Figura 6. Comparação da participação de docentes na extensão da UFPB, CCS e CCM ao longo do período (2018-2023)



CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: O autor (2025) a partir de extração de dados de portais eletrônicos oficiais da UFPB (sistemas integrados de gestão SIGAA e SIGRH)

Segundo Silva *et al.* (2021), durante a pandemia da COVID-19 os projetos de extensão ligados à área da Saúde foram significativamente impactados devido à interrupção das atividades presenciais. O uso de plataformas online possibilitou o envolvimento das comunidades e, consequentemente, o desenvolvimento das ações de promoção da saúde, a exemplo do projeto de extensão desenvolvido por esses pesquisadores. Isso pode explicar por que os dados observados para os projetos do CCS não tiveram uma diminuição significativa, mesmo no período em que as atividades presenciais foram cessadas.

Considerando que os projetos de extensão do CCS são propostos, em parte, por docentes, a quantidade de projetos tem relação com o número de proponentes envolvidos. Isso significa que, se o número de proponentes de projetos se manteve em alta durante a pandemia, isso se reflete no número de projetos. O achado de que a participação de docentes na extensão foi mais expressiva nesses centros, especialmente no CCS, que manteve altos percentuais

mesmo durante a pandemia de COVID-19, também destaca a adaptação de suas ações para plataformas online.

Por outro lado, em contraposição, Bratan *et al.* (2020) relataram que a pandemia da COVID-19 impactou severamente os projetos de pesquisa da saúde, com 93% dos investigadores relatando interrupções. A coleta de dados foi dificultada em 80% e 67% não conseguiram implementar as intervenções conforme planejado, destacando desafios significativos na pesquisa em saúde em andamento durante esse período.

A diminuição do número de projetos de extensão para o CCM em 2020 pode estar relacionada a outros impactos causados pela indisponibilidade das equipes, por exemplo, devido a compromissos com cuidados de crianças ou idosos, ou por causa de quarentena ou doença relacionada à COVID-19 (Bratan *et al.*, 2020).

A análise também revelou que a pandemia de COVID-19 (2020-2022) gerou impactos distintos: pode ter reduzido a capilaridade territorial e o número de projetos presenciais, mas incentivou a adoção de estratégias digitais que mantiveram altos níveis de engajamento no CCS. Essa transição demonstra capacidade adaptativa e inovação metodológica, potencializando o uso de tecnologias de comunicação e educação a distância na extensão.

6.2.3 Público alcançado por programas e projetos

O indicador codificado como RUS07 expressa o impacto social referente a participação de atores externos à instituição proponente, neste caso, a UFPB, ou seja, os participantes que são beneficiados pelas ações extensionistas devem ser contabilizados para que se possa mensurar o alcance social das ações de extensão. Considerando que na UFPB os programas de extensão são compostos por projetos e ações de extensão (eventos, cursos, etc), foi necessário adaptar tal indicador para que não houvesse uma contagem replicada de públicos de projetos. Assim sendo, a contagem referente a esse indicador levou em consideração apenas o número de projetos. As outras ações (eventos, cursos, etc) devem ser contabilizados no indicador RUS08.

A Tabela 4 mostra que há uma elevada discrepância entre as médias de público real atingido pelas ações do CCS e CCM em comparação às da UFPB como um todo. Ao analisar o público dos projetos, verificou-se que havia um

número de participantes divergente do restante, o que elevou a média e distorceu a tendência central do grupo.

Tabela 4. Público atingido pelos projetos de extensão da UFPB e dos centros CCS e CCM entre os anos de 2018 e 2023

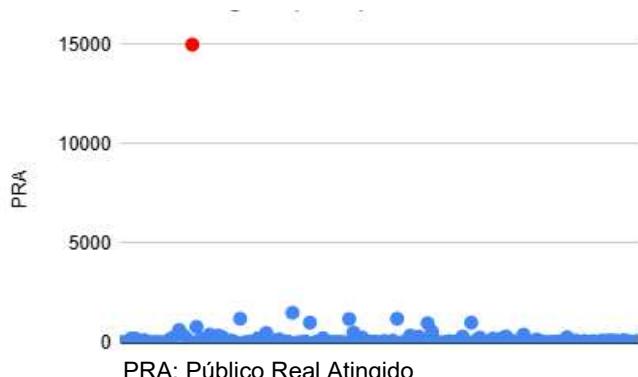
Ano	Nº Projetos UFPB	PRA da UFPB	PRA da UFPB (média)	Nº Projetos CCS	PRA da CCS	PRA da CCS (média)	Nº Projetos CCM	PRA do CCM	PRA do CCM (média)
2018	764	1.141.666	1.498	144	44.424	309	59	11.298	191
2019	816	835.519	1.025	169	43.517	261	47	6.757	144
2020	889	1.616.000	1.818	165	112.182	684	51	18.305	359
2021	833	1.413.314	1.697	168	97.473	584	56	19.703	358
2022	861	1.553.602	1.804	179	95.923	536	50	13.418	268
2023	974	3.544.678	3.643	178	115.024	673	47	30.922	583

PRA: Públco real atingido; CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: O autor (2025) a partir de extração de dados de portais eletrônicos oficiais da UFPB (sistemas integrados de gestão SIGAA e SIGRH)

A Figura 7 mostra como há uma discrepância entre o Públco Real Atingido (PRA) de maior parte dos projetos em detrimento de um projeto com PRA muito superior, destacado em vermelho na Figura 7. Isso traz distorções em relação às medidas de tendência central, segundo orienta Madanski (1988).

Figura 7. Públco real atingido (PRA) de projetos de extensão do CCS, em 2018 com destaque para o ponto fora da curva de PRA = 15000 pessoas



Fonte: Dados da Pesquisa

Este gráfico mostra uma distribuição altamente assimétrica, em que a grande maioria dos projetos concentra PRA baixo a moderado (pontos azuis muito próximos do zero a poucas centenas/mil). Um único ponto fora da curva (vermelho,

15.000) domina a escala vertical e eleva a média para cima de forma relevante. Esse dado extremo é chamado de ponto extremo ou aberrante, um *outlier*, ou ponto fora-da-curva. Este foi, então, retirado da distribuição, o que é possível e permitido pela literatura, a fim de eliminar o efeito potencial do valor discrepante (MADANSKY, 1988). Nesta análise, priorizou-se analisar o comportamento do maior número de projetos, os quais possuíam número de participantes mais próximos uns dos outros, suprimindo-se o *outlier*.

Visualmente, observam-se poucos projetos médios (centenas a cerca de 1.000) e muitos com PRA pequeno; o padrão é típico de atividades de extensão granulares (oficinas, grupos, atendimentos seriados) com raras ações provavelmente massivas (grandes eventos/campanhas). Assim, estatisticamente, a média ficou superestimada com esse outlier, e a média do PRA não representa o “projeto típico”. A mediana e o intervalo interquartil IQR (ou p50 e p25–p75) descrevem melhor o centro e a dispersão reais. Por esta razão, para análises comparativas, preferiu-se considerar a média após a supressão do valor aberrante. Assim, interpreta-se que o perfil de alcance dos centros em 2018 resultou de muitas ações de pequeno/médio porte (e maior capilaridade), e apenas uma ação de grande massa (cerca de 15.000 pessoas), que possivelmente associou-se a um mutirão ou campanha populacional, ou mesmo um produto técnico-tecnológico comunicacional de larga difusão. Para essa análise, a Tabela 4 apresentou os dados com um comparativo entre as médias de público considerando os dois cenários, com a presença e na ausência de outliers na distribuição.

Utilizando-se o software Python para descobrir os *outliers* (tabela 5), observou-se que a média de público atingido nos projetos remanescentes - PRA de projetos de toda a UFPB sem os *outliers*, ou seja, aqueles que permaneceram na análise controlada, após a exclusão dos valores extremos, encontrava-se abaixo das médias de público atingido pelos projetos dos centros CCM e CCS, o que indica que, à exceção de alguns projetos que atingiram um público fora da curva, os centros de ensino analisados atingiram um público maior que o da UFPB, em média.

Tabela 5. Média de Público Real Atingido (PRA média) e Outliers (OL) da UFPB e dos centros CCS e CCM, em particular, entre os anos de 2018 e 2023

Ano	Nº Projetos UFPB	PRA da UFPB (média)	PRA do CCS (média)	PRA do CCM (média)	Nº Outliers	PRA da UFPB sem os Outliers (média)
2018	764	1.498	309	191	52	130
2019	816	1.025	261	144	86	124
2020	889	1.818	684	359	103	217
2021	833	1.697	584	358	92	221
2022	861	1.804	536	268	50	200
2023	974	3.643	673	583	131	128

PRA: Público Real Atingido; CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Dados da pesquisa

Outra análise foi feita para garantia da qualidade dos resultados estatísticos referentes aos dados apresentados sobre público atingido, considerando-se que o tamanho da amostra tenha sido maior ou igual ao valor calculado de uma amostra que seria classificada como estatisticamente representativa. Para o cálculo amostral da Tabela 5, considerou-se um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%, amplamente utilizado na literatura (BECKER, 2015).

Observou-se também um crescimento expressivo do PRA médio da UFPB ao longo do período, que passou de uma média de 1.498 pessoas em 2018 para 3.643 em 2023, representando um aumento de mais de 140%. Essa elevação pode estar relacionada à expansão do número total de projetos (de 764 para 974), à possível melhoria nos registros do SIGAA e ao maior estímulo institucional à extensão universitária, especialmente após a implementação da curricularização da extensão prevista na Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Comparativamente, as médias de PRA do CCS e do CCM foram superiores à média geral da UFPB desconsiderando os outliers, o que pode ser explicado pelo perfil das ações extensionistas desses âmbitos de análise — em geral, de maior intensidade formativa e maior escala populacional, como projetos provavelmente mais contínuos em unidades de saúde na atenção primária e em serviços de pronto-atendimento e hospitais. O CCS apresentou crescimento consistente no período, partindo de 309 (2018) para 673 (2023), o que corresponde a um aumento de 118%, enquanto o CCM também mostrou também elevação, de 191 para 583,

com um crescimento ainda mais acentuado (205%), sugerindo expansão gradual da inserção social dos projetos e melhoria na capacidade de registro e alcance. O ritmo de crescimento nos centros da Saúde é proporcionalmente superior ao da UFPB, o que reforça o papel estratégico dessas unidades na consolidação da extensão universitária.

Na tabela 6 é possível observar que mesmo com a retirada de valores aberrantes da distribuição, o número de dados remanescentes ainda é superior ao tamanho de amostra significativa calculada, tanto para distribuições homogêneas quanto para heterogêneas. Isto assegura fidedignidade à análise. Assim sendo, o número de projetos remanescentes considerados após a retirada é pelo menos 2,5 vezes maior que o valor de amostra significativa calculada como representativa para descrever e inferir resultados sobre a população estudada. Portanto, destaca-se a robustez estatística dos resultados, assegurando também validade inferencial às análises. Assim, a média de público atingido nos centros CCS e CCM pode ser considerada representativa para inferências sobre o impacto social das ações propostas.

Tabela 6. Cálculo de amostra significativa mínima de projetos de extensão da UFPB entre os anos de 2018 e 2023 para obtenção de representatividade estatística

Ano	Nº de Projetos UFPB	Amostra Significativa (distribuição homogênea)	Amostra Significativa (distribuição heterogênea)	Nº de Outliers	Nº de Projetos Remanescentes
2018	764	187	256	52	712
2019	816	190	262	86	730
2020	889	193	269	103	786
2021	833	191	264	92	741
2022	861	192	266	50	811
2023	974	197	276	131	843

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Dados da pesquisa estimados por calculadora amostral disponível online em <https://comentto.com/calculadora-amostral/>

Portanto, considerando a fidedignidade dos dados da precedente Tabela 5, conclui-se que a média de público atingido nos centros de ensino CCS e CCM é maior que o observado na UFPB como um todo. Em outras palavras, pode-se considerar que estes centros possuem maior impacto social no que tange a

participação popular nas ações executadas quando comparado aos projetos de extensão da UFPB para todos os anos estudados.

6.2.4 Ações de extensão desenvolvidas por modalidade

O indicador de código Prod01, que é o Indicador Forproex nº 7, expressa a quantidade de ações extensionistas em suas modalidades, as quais são classificadas institucionalmente como: projetos, programas, eventos, cursos, produtos e prestação de serviços. Como o presente trabalho versa apenas sobre projetos de extensão, foi necessário realizar o cálculo percentual de ações da modalidade projeto em detrimento do total de ações de todas as modalidades.

As modalidades de ações de extensão seguem a classificação institucional adotada pela UFPB, conforme a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012) e a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Projeto refere-se a ações continuadas e de caráter formativo, com objetivos e metodologias definidos, podendo estar vinculadas a programas institucionais. Curso e Evento correspondem a atividades de curta duração, voltadas à formação ou divulgação de conhecimentos. Programa designa o conjunto articulado de projetos e ações afins, de médio a longo prazo. Produto corresponde aos materiais, tecnologias ou instrumentos resultantes de ações extensionistas. Prestação de serviços abrange atendimentos técnicos e especializados à comunidade.

Analizando os dados da Tabela 7, verifica-se que o número de projetos em relação ao total de ações de extensão desenvolvidas por modalidade dentro da UFPB, com valores entre 66 e 79%, destaca-se no período analisado. Para o CCS esse percentual variou entre 78% e 94%, sendo superior aos valores observados no âmbito institucional, enquanto no CCM os valores variaram entre 65% e 90%.

Comparando o número de ações extensionistas desenvolvidas pelo CCS e CCM, observou-se que o primeiro teve maior número de ações para todas as modalidades cadastradas. Isso pode estar relacionado com o número de docentes lotados neste centro, em que há aproximadamente o triplo do número de docentes em relação ao número do CCM no período analisado.

Tabela 7. Ações de extensão desenvolvidas por modalidade na UFPB, CCM e CCS entre os anos de 2018 e 2023

Modalidades (UFPB)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Curso	127	159	148	142	134	164
Evento	164	254	93	70	87	108
Prestação de Serviços	0	0	0	0	0	0
Produto	6	9	10	9	12	9
Programa	4	3	3	2	1	2
Projeto	764	816	889	833	861	974
% Projeto (UFPB)	72	66	78	79	79	77
Modalidades (CCS)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Curso	15	18	9	6	8	13
Evento	12	26	11	3	6	11
Prestação de Serviços	0	0	0	0	0	0
Produto	0	3	1	0	1	1
Programa	2	1	0	1	0	0
Projeto	144	169	165	168	179	178
% Projeto (CCS)	83	78	89	94	92	88
Modalidades (CCM)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Curso	11	11	7	6	4	3
Evento	12	14	2	3	4	2
Prestação de Serviços	0	0	0	0	0	0
Produto	0	0	0	1	0	0
Programa	0	0	0	0	0	0
Projeto	59	47	51	56	50	47
% Projeto (CCM)	72	65	85	85	86	90

CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: O autor, a partir

Os resultados apresentados na Tabela 7 mostram que a participação relativa dos projetos variou entre 66% e 79% do total de ações, demonstrando estabilidade e centralidade dessa modalidade como principal eixo das atividades extensionistas. Contudo, a concentração de ações do tipo projeto para os centros CCM e CCS foi maior comparado aos da UFPB. Também pode-se inferir que a UFPB como um todo tem relativamente mais em ações de curta duração (cursos e eventos) do que os centros da Saúde, que em geral desenvolvem mais ações de longa duração, como os projetos. O indicador “% Projeto” expressa a proporção de projetos em relação ao total de ações extensionistas registradas em cada ano, evidenciando o grau de consolidação da modalidade como eixo estruturante da extensão.

É possível inferir que o perfil extensionista da UFPB é amplamente sustentado pela modalidade projeto, especialmente nos centros da área da Saúde, onde essa forma de ação atinge patamares próximos de 90%. Essa configuração confirma que o CCS e o CCM são núcleos estratégicos de extensão de caráter formativo e permanente, alinhados às diretrizes do PDI 2019-2023 da UFPB e ao FORPROEX (2012), reforçando a relevância da extensão universitária como eixo de transformação social e integração acadêmica.

Tais dados sugerem também, indiretamente, que a predominância de projetos de longa duração foi uma característica dos centros da Saúde em relação ao perfil institucional, mais voltado a eventos e cursos de curta duração. Esse resultado reforça o caráter processual e formativo das ações extensionistas do CCS e do CCM, em consonância com os princípios da Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex, 2012) e com o eixo da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizado pelo PDI da UFPB.

No CCS, a modalidade projeto aparece de forma ainda mais expressiva: entre 78% e 94% do total de ações, patamar consistentemente superior à média institucional da UFPB. Esse dado revela uma cultura extensionista fortemente estruturada em projetos de longa duração, geralmente articulados com programas institucionais, grupos de pesquisa e unidades de saúde comunitária. Os cursos e eventos representam parcelas menores, com tendência de redução ao longo dos anos — especialmente entre 2020 e 2021, período de maior impacto da pandemia sobre as atividades presenciais. Essa queda é compensada pela manutenção e leve expansão dos projetos, indicando resiliência organizacional e capacidade de adaptação a novos formatos (virtuais e híbridos).

Além dos projetos, as modalidades curso e evento, que representaram a maior parte das ações complementares, com média anual de aproximadamente 140 cursos e 170 eventos. A predominância dos eventos em 2019 e 2020 coincide com a ampliação de ações de curta duração em formato remoto, impulsionada pelas restrições da pandemia de COVID-19.

As modalidades produto, programa e prestação de serviços apresentaram participação apenas residual, o que indica subutilização de mecanismos de registro dessas formas de extensão — fenômeno que pode decorrer da ausência de obrigatoriedade normativa de cadastramento de produtos e programas nos editais

institucionais, conforme observado em outros estudos sobre gestão da extensão universitária.

O CCM apresenta comportamento semelhante ao CCS quanto à predominância de projetos, com percentuais entre 65% e 90%, revelando forte continuidade da modalidade ao longo do período. No entanto, o número absoluto de ações é substancialmente menor, refletindo o tamanho menor do corpo docente e à possível carga assistencial dos professores médicos, salientada anteriormente, fatores que podem ter limitado o envolvimento extensionista em maior escala. Os cursos e eventos mostraram tendência de redução progressiva, sobretudo após 2020, possivelmente pela priorização de atividades vinculadas a projetos de atendimento comunitário e formação continuada em saúde. A ausência de programas e produtos reforça o perfil mais clínico, e talvez pragmático, da extensão desenvolvida nesse centro, ainda pouco articulada à inovação tecnológica ou à produção de materiais institucionais.

Esses resultados parecem sugerir que os centros da área da Saúde (CCS e CCM) apresentam níveis mais elevados de institucionalização da extensão, evidenciando maturidade organizacional e compromisso com a continuidade das ações. Contudo, há oportunidades de aprimoramento em três dimensões principais, como a diversificação modal, pelo necessário estímulo ao registro de produtos e programas de extensão, ampliando a visibilidade de resultados concretos e inovações oriundas das ações em saúde, assim como possivelmente uma maior integração tecnológica pelo incentivo de projetos que incorporem tecnologias educacionais, comunicação científica e teleassistência, fortalecendo o impacto e a disseminação das práticas extensionistas. Um apoio institucional diferenciado poderia promover políticas de incentivo à docência extensionista no contexto médico-assistencial, de modo a equilibrar demandas clínicas e acadêmicas.

6.2.5 Número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão (NBA-Extensão)

A Tabela 8 mostra os resultados para o indicador PI.GAc.01.I2, que tem como objetivo avaliar o fortalecimento do desempenho acadêmico nas universidades por meio do número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão (NBA-Extensão). Observa-se que, entre os anos de 2020 e 2023, houve um crescimento do número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão da

UFPB, porém abaixo da meta estabelecida (25%). Comparando os dados na esfera da UFPB com os dos seus centros CCS e CCM, observa-se que estes superaram a meta estabelecida para a instituição, com destaque para o CCS que aumentou em 119,6 % o número de bolsas de extensão.

Tabela 8. Objetivo, indicador e meta de número de bolsas de programas aplicáveis à extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação aos da UFPB

OBJETIVO PI.GAc.01: Fortalecer o desempenho acadêmico.						
Código	Indicador	Meta	NBA (2020)	NBA (2021)	NBA (2022)	NBA (2023)
PI.GAc.0 1.I2	Número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão (NBA-Extensão).	Ampliar o NBA - extensão em 25%	828	824	866	948 (14,5%)
	CCS		173	173	356	380 (119,6%)
	CCM		48	50	97	94 (95,8%)

NBA: Número de bolsas dos programas acadêmicos.

Fonte: Dados da Pesquisa

O desempenho dos centros CCM e CCS em relação à aquisição de bolsas ofertadas aos discentes envolvidos nos projetos de extensão propostos por seus pares demonstram o esforço setorial em alcançar de forma efetiva as oportunidades de fomento disponíveis na instituição.

6.2.6 Taxa de curricularização da extensão universitária

A Tabela 9 mostra os resultados para o indicador PI.GAc.02.I2, que tem como objetivo avaliar a integração dos projetos pedagógicos às necessidades e perspectivas da sociedade e do mundo do trabalho através da Taxa de curricularização da extensão universitária (FONTEENELE, 2024):

“..., a curricularização da extensão representa mais um passo no sentido de se entender a formação profissional e os componentes curriculares para além da sala de aula e das disciplinas, na unidade teoria/prática, também é relevante quando coloca em pauta o papel social das universidades públicas, de modo especial, e o direito da sociedade de usufruir das mesmas através de suas diversas atividades.”

Assim sendo, as diversas atividades universitárias, quando alcançam a comunidade externa, efetivam a produção de resultados que agregam valor direto à sociedade, o que de fato traz benefício direto ao alcance dos objetivos institucionais, que hoje se mensuram através de indicadores.

Entretanto, a avaliação dos valores sobre taxa de curricularização, para o presente caso, não são representativos para os centros de ensino em relação à UFPB, haja vista a pequena quantidade de cursos de graduação dos centros estudados, e, por consequência, de seus respectivos PPC.

Pode-se identificar isso pelo alcance da meta no CCS apenas para o curso de fonoaudiologia, que havia atualizado seu PPC antes do PDI em questão. Este resultado ficou acima da média institucional da UFPB (11,1% do CCS contra 6,2% da UFPB), porém este percentual remete a parcela de apenas um dos nove cursos de graduação que o CCS possui, o que não reflete uma amostra significativa dos 122 cursos de graduação de toda a UFPB. Situação semelhante ocorre no CCM, pois este possui apenas um curso de graduação em seu centro. Isso significa que quando o curso de Medicina atualizar seu PPC prevendo a curricularização da extensão, o percentual de alcance da meta passa de 0% para 100%, o que não traz conclusões proveitosas acerca da relação CCM x UFPB.

Tabela 9. Objetivo, indicador e meta de taxa de curricularização da extensão pelos cursos de graduação dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB

OBJETIVO PI.GAC.02: Integrar os projetos pedagógicos às necessidades e perspectivas da sociedade e do mundo do trabalho.						
Código	Indicador	Meta	Valor 2020	Valor 2021	Valor 2022	Valor 2023
PI.GAc.02.I2	Taxa de curricularização da extensão universitária.	Alcançar uma taxa de curricularização de 100%	0%	0%	0%	6,2%
	CCS		0%	0%	0%	11,1% (só o curso de fonoaudiologia)
	CCM		0%	0%	0%	0,0%

CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde.

Fonte: Dados da Pesquisa

6.2.7 Número de registro de novos produtos oriundos das ações da extensão universitária

A Tabela 10 mostra os resultados para o indicador PI.GAc.03.I7, que tem como objetivo avaliar o incentivo à produção acadêmica e a inovação científica e tecnológica através do número de registro de novos produtos oriundos das ações da extensão universitária. Observa-se que os centros avaliados não têm resultados significativos quanto ao registro de produtos advindos de ações de extensão, seguindo o comportamento institucional da UFPB. Assim sendo, os produtos da extensão podem estar sendo subnotificados, haja vista a grande variedade de produções possíveis, tais como publicações acadêmicas (livros, artigos, anais), cartilhas, softwares, jogos educativos, produtos artísticos, filmes, programas de rádio e TV, dentre outros.

Para a análise desse indicador, pode-se dizer que o número de produtos da extensão do CCM e CCS também não são representativos, pois os dados registrados no sistema integrado de gestão acadêmico (SIGAA) não refletem a vasta produção realizada pela extensão da UFPB. Esse fato pode ser explicado pela subutilização do sistema para fins desse registro, uma vez que não há essa obrigatoriedade normatizada nos editais de fomento de projetos de extensão. Nos editais da extensão tem-se enfatizado a obrigatoriedade de se produzir apenas resumos expandidos a serem apresentados no ENEX (Encontro da Extensão da UFPB, com periodicidade anual). Isto não significa que não haja registros de produtos, podendo estes não estarem mapeados frente a não obrigatoriedade de notificação nos sistemas de gestão da UFPB e no observatório institucional da extensão, ou ainda por ser considerado um processo com registro burocrático, ou mesmo, pela possibilidade de registro do produto em repositórios diversos não institucionais.

Tabela 10. Objetivo, indicador e meta sobre produtos da extensão aplicáveis aos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB

OBJETIVO PI.GAC.03: Incentivar a produção acadêmica e a inovação científica e tecnológica.						
Código	Indicador	Meta	Valor 2020	Valor 2021	Valor 2022	Valor 2023
PI.GAc.0 3.I7	Número de registro de novos produtos oriundos das ações da extensão universitária.	Ampliar em 208% o registro de novos produtos (relativo à 2018 -> 6 produtos)	13	12	12	12 (100%)
	CCS (relativo à 2018 -> 3 produtos)		1	0	1	1 (-67%)
	CCM (relativo à 2018 -> X produtos)		0	1	0	0 (0%)

CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Dados da Pesquisa

6.2.8 Número de ações de internacionalização da extensão universitária

A Tabela 11 apresenta os resultados para o indicador PI.GAc.04.I7, que tem como objetivo avaliar a consolidação e ampliação das ações de internacionalização através do número de ações de internacionalização da extensão universitária. Observa-se que para os centros analisados não há resultados disponíveis. Pode-se dizer que os dados sobre as ações de internacionalização do CCS e CCM não podem ser contabilizados de forma precisa, pois este indicador faz a contagem de ações que envolvem vários atores dentro da instituição, independente do centro ao qual estão lotados, não sendo possível a mensuração deste indicador nos centros avaliados.

Tabela 11. Objetivo, indicador e meta sobre ações de internacionalização da extensão aplicáveis à extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB

OBJETIVO PI.GAC.04: Consolidar e ampliar as ações de internacionalização						
Código	Indicador	Meta	2020	2021	2022	2023
PI.GAc.0 4.I7	Número de ações de internacionalização da extensão universitária.	Ampliar em 50% o número de ações de internacionalização da extensão	8	15	9	61 (662,5%)
	CCS					Métrica não disponível por Centro de Ensino
	CCM					

CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Dados da Pesquisa

6.2.9 Número de ações extensionistas

A Tabela 12 apresenta os resultados para o indicador SOC.02.I2, que tem como objetivo avaliar a contribuição para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade através do número de ações extensionistas. Observa-se que os dados sobre o número de ações extensionistas do CCS em relação à UFPB possuem comportamento de aumento discreto, ambos com margem de aumento próximo a 10%, sendo este um resultado positivo, porém as instâncias citadas não alcançaram as metas estabelecidas no PDI.

Por outro lado, em relação ao CCM, vê-se que o número de ações praticamente se manteve constante, havendo poucas flutuações durante o período de avaliação do PDI.

Tabela 12. Objetivo, indicador e meta sobre o número de ações extensionistas aplicáveis à extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB

OBJETIVO SOC.02: Contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade.

Código	Indicador	Meta	Valor 2020	Valor 2021	Valor 2022	Valor 2023
SOC.02.I 2	Número de ações extensionistas.	Ampliar em 21,1% o número de ações de extensão	1144	1056	1096	1272 (11,2%)
	CCS		186	178	194	203 (9,1 %)
	CCM		60	66	58	59 (-1,7%)

CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se que os indicadores do PDI referentes à produção tecnológica e à internacionalização podem expressar uma reduzida integração interdisciplinar e subaproveitamento das potencialidades inovadoras da área da Saúde. A escassez de registros de produtos e de ações com interface internacional indica um campo promissor para o próximo ciclo de planejamento institucional, especialmente em iniciativas que articulem saúde, tecnologia e sustentabilidade.

6.2.10 Número de municípios da Paraíba atendidos por projeto de extensão

A Tabela 13 apresenta os resultados para o indicador SOC.02.I3, que tem como objetivo avaliar a contribuição para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade através do número de municípios da Paraíba atendidos por projeto de extensão. Pode-se observar que os dados sobre o

número de municípios atendidos pelo CCS vêm apresentando uma tendência de queda, enquanto o CCM manteve seus resultados, ao final do PDI, comparado à 2018.

Deve-se avaliar este indicador a parte, visto que o resultado institucional pode ter aumentado significativamente em função das ações de extensão desenvolvidas em campus avançados no interior do Estado da Paraíba, pois a capilaridade em termos de proximidade a municípios limítrofes é maior, como também estas localidades são atendidas por edital a parte (como exemplo o edital “UFPB no seu município”, que exclui grandes centros urbanos como João Pessoa e Campina Grande). Ou seja, como os centros de ensino CCS e CCM estão localizados no Campus I, em João Pessoa, estes têm acesso a bolsas em menor proporção, o que pode estar refletindo neste indicador.

Outro ponto a ser levado em consideração é a dificuldade de acesso a municípios pelos proponentes de ações durante a pandemia, que oficialmente durou até 2022. Como havia medidas de biossegurança sendo mantidas em todo o território paraibano, isto inviabilizou a projeção de ações extensionistas pelos coordenadores e discentes envolvidos.

Tabela 13. Objetivo, indicador e meta sobre o número de municípios atendidos pelas ações de extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB

OBJETIVO SOC.02: Contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade.

Código	Indicador	Meta	2020	2021	2022	2023
SOC.02.I 3	Nº de municípios da Paraíba atendidos por projeto de extensão.	Ampliar em 22,6% o nº de municípios atendidos	84	72	87	126 (50%)
	CCS (relativo à 2018 -> 19 municípios)		11	7	10	9 (-52,6%)
	CCM (relativo à 2018 -> 9 municípios)		5	5	4	9 (0%)

CCM: Centro de Ciências Médicas; CCS: Centro de Ciências da Saúde; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Dados da Pesquisa

6.3 Indicadores do PDI relacionados à extensão

A análise dos indicadores do PDI 2019-2023 evidencia que os centros de ensino da área da Saúde (CCS e CCM) apresentaram desempenho significativo em relação às metas institucionais de extensão, destacando-se no cumprimento de objetivos vinculados ao fortalecimento do desempenho acadêmico e à ampliação

da inserção social. O crescimento expressivo no número de bolsas de extensão (PI.GAc.01.I2), especialmente no CCS, demonstrou a consolidação da política de incentivo à participação discente em atividades extensionistas, superando a meta institucional de ampliação de 25%.

No tocante à curricularização da extensão (PI.GAc.02.I2), o avanço parece ter sido mais tímido, refletindo a lentidão dos processos de revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), sobretudo no curso de Medicina, cuja estrutura curricular é mais complexa e rigidamente regulamentada. Por outro lado, os resultados do indicador PI.GAc.03.I7, referente aos registros de produtos oriundos da extensão, revelaram uma lacuna entre a produção efetiva e o registro formal no SIGAA, sugerindo a necessidade de melhoria nos mecanismos de registro e reconhecimento institucional.

Quanto à internacionalização das ações extensionistas (PI.GAc.04.I7), embora haja avanços graduais, as ações ainda parecem permanecer concentradas em núcleos específicos e carecem de estratégias sistemáticas.

Por fim, os indicadores SOC.02.I2 e SOC.02.I3 demonstram que, apesar do crescimento moderado no número de ações extensionistas e de municípios atendidos, o impacto social da extensão na área da saúde é expressivo e consistente, especialmente quando se considera a densidade populacional e a abrangência territorial das ações desenvolvidas pelo CCS e pelo CCM. Tais resultados evidenciam um alinhamento progressivo das práticas extensionistas à política institucional e aos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecidos pelo PDI e pela Resolução CNE/CES nº 7/2018.

6.4 Limitações do estudo

Esta pesquisa apresentou limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Primeiramente, o estudo concentrou-se nos projetos de extensão dos centros CCS e CCM da UFPB, o que pode limitar a generalização dos achados para outros centros ou instituições. Além disso, a ausência de dados completos sobre a participação de técnico-administrativos na extensão e sobre ações em escolas públicas restringiu análises mais abrangentes.

A pandemia de COVID-19 também impactou a coleta e a consistência de alguns dados, especialmente no período de 2020 a 2022, devido à interrupção de atividades presenciais e à adaptação emergencial para o formato remoto. Outra

limitação refere-se ao registro de produtos da extensão, que pode estar subnotificado em função da falta de obrigatoriedade ou da dispersão em diferentes sistemas.

A concentração no nível “projeto” pode ter reduzido a visibilidade de cursos, eventos e serviços, modalidades que, embora menos duradouras, podem ter capilaridade e efeitos formativos relevantes (ex.: formação continuada, campanhas). Isso produz um viés de seleção: o retrato do esforço extensionista tende ao “que é mensurado com mais facilidade”, podendo subestimar o papel das ações de curta duração na porta de entrada para o envolvimento discente e comunitário. Para mitigar, recomenda-se um módulo analítico multimodal, com pesos ou indicadores próprios por modalidade, como intensidade, alcance, custo por participante), e séries paralelas que permitam leitura complementar.

A análise de outliers no PÚblico Real Atingido (PRA), embora metodologicamente justificada, pode ter excluído projetos relevantes que, apesar de atenderem a um público amplo, representam iniciativas de impacto diferenciado. Futuros estudos podem explorar essas lacunas com abordagens mais amplas ou qualitativas.

Quanto à gestão de dados e monitoramento, a ausência de um vocabulário padronizado de indicadores (impacto, continuidade, territorialidade e integração ensino–pesquisa–extensão) e de rotinas de monitoramento no SIGAA/PROEX limita a comparabilidade longitudinal e intercentros. Sem metadados consistentes (definições, critérios de contagem, periodicidade), o risco de erro de mensuração aumenta, reduzindo a confiabilidade das séries históricas. A inexistência de dashboards periódicos por centro também dificulta o uso formativo dos indicadores (gestão por resultados), restringindo a capacidade institucional de ajuste de rota em tempo oportuno. Como mitigação, recomenda-se um glossário institucional de indicadores, validações automáticas no cadastro (regras de consistência), e painéis trimestrais com trilhas de auditoria (*auditable data trails*) por centro.

No que se refere à sustentabilidade e continuidade, a prioridade empírica conferida a programas e projetos de longa duração retrata o núcleo “duro” da extensão, mas pode invisibilizar dinâmicas de curta duração (cursos, eventos) que, em certos contextos, têm alto alcance e papel estratégico de mobilização. Além disso, sem linhas de financiamento recorrentes e equipes multiprofissionais estáveis, a continuidade fica condicionada a editais fragmentados, favorecendo

descontinuidades e efeito de safra (flutuações artificiais no volume de ações). Para mitigar, sugerem-se: (i) fundos plurianuais com metas pactuadas; (ii) previsão de carga horária protegida à docência extensionista; e (iii) desenho de portfólios que combinem ações contínuas e intervenções rápidas (rapid outreach) articuladas a elas.

Salienta-se também a dependência empírica apenas de registros administrativos institucionais. Além disso, a presente pesquisa baseia-se em dados secundários (SIGAA/SIGRH/Observatório da Extensão), sujeitos a sub-registro, inconsistências e incompletude, sobretudo em campos pouco mandatórios (parcerias, produtos, internacionalização). Isso pode introduzir viés de informação (informational bias) e viés de classificação, afetando a validade interna (por exemplo, contagens subestimadas) e a validade externa (generalização). Como compensação, seriam úteis uma triangulação com relatórios da PROEX e unidades, amostragens de verificação (audits) por ano/centro, e critérios de imputação documentados para campos faltantes, sempre acompanhados de análises de sensibilidade (comparar cenários com diferentes suposições).

Além disso, destaca-se o fato de que os indicadores de desempenho da extensão universitária na UFPB, considerando sua articulação com os objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o sistema de gestão de dados da extensão não permite mensurar todas as variáveis voltadas à consolidação das políticas extensionistas. Como mostrou Silva (2019), o processo de gestão da extensão universitária na UFPB ainda se apoia predominantemente em mecanismos de registro voltados para horas e número de participantes, priorizando o planejamento e a contabilização em detrimento da avaliação de resultados. O referido autor admite a ausência de indicadores de desempenho mais robustos, capazes de expressar relações entre extensão, territorialidade, modalidades, centros acadêmicos, docentes, discentes e públicos atendidos. Destaca-se, portanto, a necessidade de uma análise estratégica sobre a integração dos indicadores de extensão aos ambientes de monitoramento e avaliação do PDI, fortalecendo a governança institucional e a consolidação da política extensionista. Assim, o estudo assume caráter diagnóstico e propositivo, evidenciando fragilidades nas medidas de desempenho e a carência de uma estrutura mais sistematizada de gestão universitária da extensão na UFPB.

Em conjunto, tais limitações não invalidam os achados, mas delimitam seu escopo interpretativo: a fotografia produzida é fidedigna para o comportamento típico das ações (projetos continuados), porém parcial quanto às modalidades de curta duração e aos picos de mobilização. O caminho de fortalecimento passa por governança de dados (padronização, auditoria, dashboards), políticas de sustentabilidade (financiamento plurianual e equipes multiprofissionais), ampliação do escopo modal (integração analítica de cursos, eventos e serviços) e estatística robusta (métricas e cenários alternativos). Essas medidas aumentam a transparência, comparabilidade e utilidade gerencial dos indicadores, alinhando a avaliação da extensão às metas do PDI e aos princípios do Forproex.

6.5 Algumas recomendações para a gestão extensionista

Esta dissertação propiciou uma análise crítica dos projetos de extensão da UFPB, com destaque aos centros CCS e CCM, indicando dados relevantes para a gestão acadêmica e às políticas de extensão universitária. Os resultados evidenciam a necessidade de:

- Ampliar o registro de produtos: A subutilização do SIGAA para registro de produtos da extensão sugere a necessidade de normatização e capacitação dos proponentes, além da simplificação de processos burocráticos;
- Incentivar ações de internacionalização: A ausência de dados específicos por centro reflete a carência de estratégias direcionadas. Programas institucionais que fomentem parcerias internacionais podem ampliar esse cenário;
- Aprimorar a utilização dos sistemas institucionais (SIGAA/SIGRH) para registro de produtos e resultados extensionistas, o que demanda a necessidade de padronizar fluxos de informação e indicadores e de fortalecer uma cultura de documentação e avaliação continuada, o que traria subsídios para o alcance de metas do PDI ligadas à produção tecnológica, à inovação social e à internacionalização da extensão;
- Otimizar a distribuição geográfica: A redução no número de municípios atendidos pelo CCS durante a pandemia exige a retomada de editais como o "UFPB no seu município" e a adoção de modelos híbridos (presencial e remoto) para garantir a capilaridade das ações dos projetos de extensão; e

- Consolidar dados e metodologias: A identificação e tratamento de outliers, evidenciado pela análise do público real atingido, demonstraram a importância de metodologias robustas para análise de dados, garantindo a fidedignidade dos resultados.

6.6 Sugestões para futuras pesquisas

Salienta-se que uma das implicações dos resultados para a gestão e políticas institucionais é valorizar a docência extensionista na Saúde, recomendando-se reforçar políticas de incentivo, com ênfase no CCM e em cursos com alta demanda assistencial. As recomendações para pesquisas futuras são a de avaliação de impacto com métodos mistos (inquéritos com beneficiários, indicadores territoriais, estudos de caso) para qualificar a dimensão transformadora das ações, assim como a realização de análises comparativas intercentros entre todos os centros da UFPB para explicar a queda relativa da participação docente da Saúde no conjunto da universidade.

Recomenda-se também a integração de bases (SIGAA, SIGRH, relatórios PROEX, PPCs) para mapear curricularização da extensão e seus efeitos formativos, assim como a exploração qualitativa das barreiras e facilitadores à docência extensionista na Medicina (carga assistencial, modelos de contratação, apoio gerencial, infraestrutura), subsidiando políticas específicas.

Outra proposta é a inclusão de variáveis qualitativas em modelos prospectivos de pesquisa, com realização de entrevistas com coordenadores de projetos e beneficiários, para complementar a análise quantitativa e entender melhor o impacto social das ações extensionistas.

Por fim, estudos comparativos entre universidades de diferentes países da América Latina poderiam enriquecer a discussão sobre modelos de extensão universitária e sua relação com o desenvolvimento regional. Essa abordagem ampliada contribuiria para a construção de um panorama mais robusto sobre o papel da extensão no ensino superior.

7 CONCLUSÕES

Esta pesquisa, de natureza documental e *ex post facto*, analisou as ações de extensão cadastradas no SIGAA/UFPB e executadas nos Centros de Ciências da Saúde (CCS) e de Ciências Médicas (CCM) no período 2018-2023, avaliando seu perfil, alinhamento às diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e contribuição para metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFPB 2019-2023).

A partir dos resultados observados, apresentam-se as seguintes conclusões:

- Houve centralidade da área da Saúde na extensão da UFPB: Entre 2018 e 2023, a UFPB executou 3.370 projetos; o CCS respondeu por 29% e o CCM por 9,9%, totalizando 38,9% das iniciativas institucionais, o que constitui evidência do papel importante da área da Saúde na extensão da UFPB;
- Ocorreu um crescimento institucional de ações extensionistas com inflexão pandêmica: Houve ampliação gradual do número total de projetos na UFPB, com queda em 2020 e pico em 2023, observando-se elevada e mantida participação do CCS (24,3%-36,4%/ano) enquanto o CCM apresentou padrão regular, porém menor em volume (8%-12,4%/ano);
- Observou-se significativa participação docente nas ações de extensão: Enquanto CCS e CCM representavam 19%-21% do corpo docente institucional, constituíram 24,2%-26,8% dos docentes extensionistas;
- No que concerne ao engajamento por centro, no CCS, a proporção de docentes extensionistas foi a mais alta (73%-80%), denotando cultura extensionista consolidada, enquanto no CCM, observou-se declínio (de 68,3% para 53,1%), embora ainda permanecendo acima da média institucional, padrão que sugere tensões de carga clínica/assistencial e necessidade de políticas de incentivo específicas;
- Em relação à concentração temática, o CCS apresentou maior diversidade (8%-10% em Educação e participações marginais em outras áreas), enquanto o CCM mostrou baixa multidisciplinaridade, e tal concentração temática limita o potencial de interdisciplinaridade e intersetorialidade, princípios centrais do Forproex e da Res. CNE/CES nº 7/2018;

- No que se refere ao alcance social conforme público atingido, o crescimento médio nos três níveis de análise (UFPB, CCS e CCM) demonstra tendência positiva de consolidação da extensão e ampliação do seu alcance social;
- O perfil extensionista da UFPB aparentou ser amplamente sustentado pela modalidade de projeto, com patamares próximos a 90% e, com essa configuração, o CCS e o CCM constituem núcleos estratégicos de extensão de caráter formativo e de prazo mais longo;
- Observou-se adesão parcial às diretrizes do Forproex, com avanços em impacto social e interação com a sociedade (especialmente no CCS), porém baixa diversidade temática refletindo reduzida interdisciplinaridade); e
- Enquanto o CCS e o CCM tenham superado metas em alguns indicadores, como o número de bolsas de extensão e alcance de público, outros, como a curricularização da extensão, a internacionalização e o registro de produtos, ainda necessitam de maior atenção.

Após elencar as principais conclusões do estudo, por fim, considera-se que o perfil de ações extensionistas do CCS e CCM caracteriza-se pela modalidade de projetos, alto alcance de público externo, significativa participação docente, satisfatório alcance de bolsas e tais resultados representem relevante contribuição para as metas de extensão do PDI/UFPB 2019-2023 e às diretrizes do Forproex. Contudo, esse alinhamento é parcial, considerando que outros indicadores não apresentaram desempenho semelhante.

Esta pesquisa contribui para o debate sobre o papel da extensão universitária no desenvolvimento social e acadêmico, destacando a necessidade de políticas institucionais que valorizem mais ainda a extensão como um pilar indissociável do ensino e da pesquisa. Espera-se que os achados aqui apresentados sirvam como base para futuras investigações e ações estratégicas na UFPB e em outras IES.

Os resultados e a metodologia desta pesquisa abrem caminho para investigações futuras que possam ampliar tanto o escopo temporal quanto o geográfico. Sugere-se a replicação deste estudo em outras universidades brasileiras, especialmente aquelas com forte atuação em extensão, a fim de comparar padrões e identificar particularidades regionais. Além disso, a ampliação do período analisado (2010-2025) permitiria avaliar tendências de prazo mais longo, incluindo os efeitos pós-pandemia e consolidação de políticas públicas como a curricularização da extensão.

REFERÊNCIAS

- ADEOGUN, B. Relationship between organisational innovation and organisation performance: a study of Nigeria Bottling Company. *British Journal of Management and Marketing Studies*, v. 7, n. 4, p. 82–94, 2024.
- ALMEIDA, D. S.; CAPUTO, M. C. Extensão universitária e cidadania: conceitos, histórico e práticas no Brasil e na UFBA. In: CAPUTO, M. C.; TEIXEIRA, C. F. (org.). *Universidade e sociedade: concepções e projetos de extensão universitária*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. A encruzilhada da aprendizagem organizacional: uma visão multiparadigmática. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 310–332, 2010.
- ARAÚJO, W. J.; PINHO, J. A. S.; CÓRDULA, F. R. A instantaneidade da informação. *Revista de Informação*, v. 16, n. 5, 2016.
- BECKER, J. L. *Estatística básica*. Porto Alegre: Bookman, 2015. E-book. p. 307. ISBN 9788582603130.
- BERTO, A. B. F. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. *Perspectiva Online: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 6, n. 3, p. 16–25, 2013.
- BISCARDE, D. G. S.; PEREIRA-SANTOS, M.; SILVA, L. B. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, n. 48, p. 177–186, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0586>
- BEZERRA, I. N. M. et al. A extensão universitária na promoção à saúde: projeto Saúde em Foco. *Revista de Educação Popular*, v. 22, n. 2, p. 361–373, 2023. DOI: 10.14393/REP-2023-68179. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/68179>. Acesso em: 7 out. 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- BRASIL. Lei n. 5.540, de 29 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 nov. 1968.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a Meta 12.7 do PNE 2014–2024. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Geral. Extensão em Participação Social Documento de Referência, Brasília, DF, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 287, de 8 de outubro de 1998. Define as categorias profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação no SUS. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 out. 1998.

BRATAN, T.; AICHINGER, H.; BRKIC, N.; et al. Impact of the COVID-19 pandemic on ongoing health research: an ad hoc survey among investigators in Germany. *medRxiv*, 2020.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. *Revista de Educação*, v. 10, n. 10, 2007.

CECCIM, R. B. B. Desenvolvimento de competências no trabalho em saúde: educação, áreas do conhecimento e profissões no caso da saúde. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, v. 6, n. 2, p. 253–277, 2012.

CHAUI, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (8.), 1986, Brasília. *Anais*. Brasília: Ministério da Saúde, 1987.

CURI FILHO, W. R. et al. Compreensão das diretrizes da extensão universitária: uma visão a partir de coordenadores de ação de extensão de uma unidade acadêmica das áreas tecnológicas. *Alemur*, v. 7, n. 1, p. 38–55, 2022.

CUSTÓDIO, L. L. P. et al. Promovendo saúde bucal e entretenimento a crianças de comunidades carentes através da extensão universitária. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, p. e488101321292, 2021.

DEININGER, L. S. C. et al. University extension work to encourage multivaccination in primary health care. *Caderno de Anais da Home*, 2023.

DEMO, P. *Atividades de aprendizagem: sair da mania do ensino para comprometer-se com a aprendizagem do estudante*. Campo Grande, MS: SED/MS, 2018.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice tríplice: inovação e empreendedorismo universidade–indústria–governo. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 90, p. 23–48, 2017.

FALCÃO, L. D. C. *A institucionalidade da extensão universitária a partir do SIGAA: perspectiva dos docentes extensionistas da Universidade Federal da Paraíba.* 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19649?locale=pt_BR. Acesso em: 09 out. 2025.

FADEL, C. B.; SANSON, I. S.; PULITANO, L. C.; SILVA JUNIOR, M. F. Relato de ações de educação em saúde em comunidade quilombola. *Revista Ciência e Extensão*, v. 18, p. 444–458, 2022. <https://doi.org/10.23901/1679-4605.2022v18n1p444-458>

FERNANDES, M. Interdisciplinary extension program in teaching: challenges, possibilities, and unexpected situations. *Acta Scientiae (Canoas)*, v. 25, n. 6, p. 396–423, 2023.

FONTENELE, I. C. A curricularização da extensão no Brasil: história, concepções e desafios. *Revista Katálysis*, v. 27, 2024.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: UFAM, 2012.

FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG. *Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. Org. M. D. P. Nogueira *et al.* Belo Horizonte, 2013.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. *Extensão universitária: para quê?* São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GALLI, C. C. As universidades e as transformações na educação superior: um estudo sobre a teoria da complexidade. *Revista Gestão & Conexões*, v. 8, n. 2, 2019.

GARCIA, M. A. A.; SILVA, A. L. B. Um perfil do docente de medicina e sua participação na reestruturação curricular. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 35, n. 1, p. 58–68, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022011000100009>

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. *Perspectiva*, v. 33, n. 3, p. 1229–1256, 2015.

- HATCH ACT OF 1887. 7 U.S. Code § 361a – Congressional declaration of purpose; definitions, 1887.
- LAZARATON, A. Quantitative research methods. In: *Handbook of research in second language teaching and learning*. p. 209–224, 2005.
- MADANSKY, A. Identification of outliers. In: *Springer texts in statistics*. p. 120–147, 1988.
- MAHIR, Ö.; UFUK, C.; ONUR, D. BSC-based digital transformation strategy selection and sensitivity analysis. *Mathematics*, v. 12, n. 2, p. 225, 2024.
- MANSELL, R.; TREMBLAY, G. *Renovando a visão das sociedades do conhecimento para a paz e o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: UNESCO/CGI.br, 2015.
- MARTINS, H. F.; MARINI, C. *Um guia de governança para resultados na administração pública*. Brasília: Publix, 2010.
- MATOS, I. B.; BONETI, L. W.; FERLA, A. A. Trabalho docente na medicina em uma universidade federal na região Sul do Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 1, e210594pt, 2023. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023210594pt>
- MAXIMIANO JUNIOR, M. et al. (org.). *Indicadores brasileiros de extensão universitária*. Campina Grande: EDUFCG, 2017. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/30201>. Acesso em: 7 out. 2025.
- MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. *Revista Práxis Educacional*, v. 19, n. 50, e11534, 2023.
- MORRILL ACT OF 1862. 7 U.S. Code § 301 – Land grant aid of colleges, 1862.
- NOGUEIRA, M. D. P. et al. *Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.
- OLIVEIRA, A.; PORTAS, R. Cidadania em diálogo: o papel transformador da extensão universitária. In: NOGUEIRA, A. B.; SILVA, A. W. C. (org.). *A prática da extensão universitária na formação e no impacto dos agentes envolvidos*. São Paulo: Splendet PUC-Campinas, 2024.
- OLIVEIRA, D. A. S.; BERNET, R. R.; HOYOS, D. C. M. *The transformative integration of university extension and education in communities*. São Paulo: Seven Editora, 2024.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Carta da Organização Mundial de Saúde*, 1946. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm>

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Redução das desigualdades no período de uma geração: igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais*. Relatório final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde. Genebra: OMS, 2010.

OSMO, A.; SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. *Saúde & Sociedade*, v. 24, supl. 1, p. 205–218, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015S01018>

PAIVA, D. F. F. et al. Contribuição do projeto de extensão universitária “Formando Sorrisos” para a formação do estudante de odontologia. *Revista Ciência Plural*, v. 6, n. 2, p. 192–204, 2020.

PHARM D., S. H. et al. Descriptive analyses of the integrity of a US Medicaid claims database. *Pharmacoepidemiology and Drug Safety*, v. 12, n. 2, p. 103–111, 2003.

PIZZOLATTO, G.; DUTRA, M. J.; CORRALO, D. J. Extensão universitária na formação do cirurgião-dentista. *Revista da ABENO*, v. 21, n. 1, p. 974, 2021.

PORTE, M. O. P. et al. As experiências de vulnerabilidades das mulheres: rodas de conversa como estratégia de reflexão crítica. *Revista de Extensão e Educação em Saúde Ciências Médicas*, v. 3, n. 2, p. 1–12, 2024. Disponível em:
<https://revista.fcmmg.br/index.php/REES/article/view/336>. Acesso em: 7 out. 2025.

RIOS, D. R. S.; CAPUTO, M. C.; TEIXEIRA, C. F. A extensão universitária e o reconhecimento do direito à saúde: universidade e escola fomentando o protagonismo juvenil. In: CAPUTO, M. C.; TEIXEIRA, C. F. (org.). *Universidade e sociedade: concepções e projetos de extensão universitária*. Salvador: EDUFBA, 2014.

ROZIN, L.; FORTE, L. T. Curricularização da extensão universitária em saúde: uma proposta com uso do diagnóstico comunitário. *Espaço Saúde*, v. 22, e774, 2021. DOI: 10.22421/1517-7130/es.2021v22.e774. Disponível em:
<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/08/1284239/774-2427-1-ed.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

SANT'ANA, T. D. et al. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino*. Alfenas: FORPDI, 2017.

SANTANA, R. R. et al. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. *Educação & Realidade*, v. 46, n. 2, p. e98702, 2021.
<https://doi.org/10.1590/2175-623698702>

SANTANA, R. R.; SANTANA, C. C. A. P.; COSTA NETO, S. B.; CHAVES DE OLIVEIRA, É. Prática extensionista e educação em saúde: percepção de docentes. *Itinerarius Reflectionis*, v. 18, n. 2, p. 1–16, 2022. DOI: 10.69843/rir.v18i2.67570. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/67570>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS JÚNIOR, A. L. *A extensão universitária e os entre-laços dos saberes*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SETZER, V. W. Dado, informação, conhecimento e competência. 2015.

SHINAGEL, M. The Lowells of Boston and the founding of university extension at Harvard. *Continuing Higher Education Review*, v. 73, p. 46, 2009.

SHIVAMURTHY, M.; MADHUSHREE, A.; PRABHAKAR, I. Core skills and competencies for inclusion in the curriculum for effective performance of extension professionals. *Asian Journal of Agricultural Extension, Economics & Sociology*, v. 41, n. 10, p. 682–693, 2023.

SILVA, L. D.; VIEIRA, A. M.; CLARO, J. A. C. S. Avaliação da extensão universitária curricular no planejamento docente. *Revista Conexão UEPG*, v. 19, n. 1, p. 1–14, 2023.

SILVA, A. M. et al. University extension and education in/for health: knowledge, prevention and control of syphilis. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 11, 2021.

SILVA, M. J. S.; SCHRAIBER, L. B.; MOTA, A. The concept of health in collective health: contributions from social and historical critique of scientific production. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 29, n. 1, p. e290102, 2019.

SILVA, A. R. Proposta de estruturação dos indicadores de desempenho da gestão de extensão da UFPB. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção). UFPB/Centro de Tecnologia –Campus I – João Pessoa-PB. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24378/1/TCC%20Arthur%20Ricardo%20da%20Silva%20vers%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

SILVA, P. C. S.; OLIVEIRA, L. F.; RAMOS, M. et al. University extension project as a health promotion instrument during the COVID-19 pandemic. *International Journal for Innovation Education and Research*, v. 9, n. 7, p. 295–304, 2021.

SILVA, R. A. R.; VENTURI, T. (ed.). *Pesquisas, vivências e práticas de educação em saúde na escola* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2022. 461 p. (Ensino de Ciências). <https://doi.org/10.7476/9786586545722>

SÍVERES, L. O princípio de aprendizagem da extensão universitária. In: SÍVERES, L. *A extensão universitária como um princípio de aprendizagem*. Brasília: Liber Livro, 2013.

SMITH-LEVER ACT OF 1914. 7 U.S. Code, ch. 13, § 341 – Cooperative extension work by colleges, 1914.

SOUZA, A. L. L. *A história da extensão universitária*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

SOUZA, M. C. A. et al. Contribuições de um projeto de extensão à formação médica. *Revista de Formação em Educação e Saúde*, v. 3, n. 1, p. 45–58, 2023. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RFEU/article/view/3843>. Acesso em: 7 out. 2025.

SPIELBERGER, C. D.; STARR, L. Curiosity and exploratory behavior. p. 231–254, 2012.

TONIOL, R. Atas do espírito: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. *Anuário Antropológico*, v. 42, n. 2, 2017.

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI*. João Pessoa: UFPB, 2019.

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução CONSUNI n. 284/79. João Pessoa: UFPB, 1979.

UNESCO. *Conferência Mundial sobre o Ensino Superior: tendências de educação superior para o século XXI*. Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

VELIZ GUTIÉRREZ, J. A. et al. La extensión en las universidades médicas en el enfrentamiento de la COVID. *Masquedós – Revista de Extensión Universitaria*, v. 7, n. 8, p. 11, 2022.

VILELA, L. T. et al. Aplicação de dinâmicas educativas sobre saúde durante a Semana de Saúde Escolar: relato de experiência. *Revista da ABENO*, v. 21, n. 1, p. 1–11, 2021.

YOKOYAMA, C. John Ruskin and the two cultures debate: Victorian art education in the University Extension Movement. *The Journal of the Asian Conference of Design History and Theory*, n. 3, p. 110–117, 2020.

APÊNDICE A

Quadro-síntese dos objetivos, indicadores e metas do PDI aplicáveis à extensão dos Centros de Ensino CCS e CCM em relação à UFPB

Objetivo Estratégico do PDI (2019–2023)	Indicador	Fórmula / Descrição	Meta Institucional	Valores Observados (UFPB)	Unidade Responsável
PI.GAc.01 – Fortalecer o desempenho acadêmico	PI.GAc.01.I2 – Número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão (NBA-Extensão)	Quantidade de bolsas concedidas via programas acadêmicos de extensão	Ampliar em 25% o número de bolsas	2020: 828 → 2022: 932 → 2023: 1036	PROEX
PI.GAc.02 – Integrar os projetos pedagógicos às necessidades sociais e do mundo do trabalho	PI.GAc.02.I2 – Taxa de curricularização da extensão universitária	(Cursos com curricularização / Total de cursos de graduação) × 100	Alcançar 100% de curricularização	2020: 0% → 2022: 11% → 2023: 11% (UFPB)	PROEX / PRG
PI.GAc.03 – Incentivar a produção acadêmica e a inovação científica e tecnológica	PI.GAc.03.I7 – Número de registros de novos produtos oriundos da extensão	Registros formais de produtos resultantes de ações extensionistas	Aumentar em 20% os registros	2020: 13 → 2022: 25 → 2023: 40	PROEX
PI.GAc.04 – Consolidar e ampliar as ações de internacionalização	PI.GAc.04.I7 – Número de ações de internacionalização da extensão	Ações e parcerias com caráter internacional	Ampliar em 50% as ações de internacionalização	2020: 8 → 2022: 9 → 2023: 12	PROEX
SOC.02 – Contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade	SOC.02.I2 – Número de ações extensionistas	Total de ações registradas em todas as modalidades	Aumentar em 21,1% o número de ações	2020: 1181 → 2022: 1500 → 2023: 1450	PROEX
	SOC.02.I3 – Número de municípios da Paraíba atendidos por projetos de extensão	Contagem de municípios beneficiados pelas ações	Ampliar em 22,2% o número de municípios atendidos	2020: 84 → 2022: 103 → 2023: 103	PROEX

NBA: número de bolsas dos programas acadêmicos de extensão; PDI: Programa de Desenvolvimento Institucional;

PROEX: Pró-Reitoria de Extensão; PRG: Pró-Reitoria de Graduação; UFPB: Universidade Federal da Paraíba

Fonte: O autor (2025) a partir de análise dos dados da pesquisa (PDI UFPB 2019–2023 e relatórios da PROEX/UFPB, 2020-2023)